

## A realidade das famílias após a separação conjugal

Nayara Hakime Dutra Oliveira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

OLIVEIRA, NHD. *Recomeçar: família, filhos e desafios* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 236 p. ISBN 978-85-7983-036-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

### 3

## A REALIDADE DAS FAMÍLIAS APÓS A SEPARAÇÃO CONJUGAL

### Cenário da pesquisa

O objeto de estudos desta pesquisa é a realidade das famílias atendidas pelo Centro Jurídico Social da Unesp, *campus* de Franca-SP, após o processo de separação conjugal.

Dessa maneira torna-se necessário conhecer e contextualizar esse universo no qual foi realizada a pesquisa.

A cidade de Franca, localizada no nordeste do estado de São Paulo, onde está instalado o *campus* universitário da Unesp, é marcada pela qualidade das faculdades de Direito, pois há, além do curso da Unesp, mais duas faculdades, sendo uma municipal e outra da iniciativa privada. Assim, também existem atendimentos jurídicos nessas universidades, assim como na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), locais que prestam atendimentos jurídicos gratuitos à população que não possui condições de arcar com as despesas advocatícias sem prejuízo do próprio sustento. O único local, contudo, em que há o atendimento sociojurídico é no Centro Jurídico Social da Unesp, justamente pelo fato de que no *campus* de Franca está instalado o curso de Serviço Social. Esse diferencial é motivo de uma grande demanda que procura atendimento diferenciado, onde

a atenção aos usuários não é somente no nível da ação judicial, mas também em todos os seus aspectos sociais.

Franca tornou-se município em 28 de novembro de 1824, com o nome de Vila Franca do Imperador, mas sua fundação foi em 3 de dezembro de 1805, cujo nome era Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Franca e do Rio Pardo. Seu aniversário é comemorado em 28 de novembro, lembrando sua emancipação político-administrativa. O nome “Franca” foi em homenagem ao criador do Distrito, governador da Capitania de São Paulo – Antônio José da Franca e Horta. Já no início do século XIX, a região passou a receber um numeroso fluxo populacional de pessoas que vinham do sul de Minas Gerais e dos goianos do Sertão da Farinha Podre (hoje o Triângulo Mineiro). Assentada entre dois córregos, o Bagres e o Cubatão, em uma colina cujos terrenos pertenciam à Fazenda Santa Bárbara, posteriormente doadas pelos irmãos Antônio Antunes de Almeida e Vicente Ferreira Antunes de Almeida. Neste local, foi construída uma capela denominada Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (atual edifício da Cúria Diocesana). Já a Igreja Matriz foi construída na praça principal, onde hoje está a Fonte Luminosa (praça Nossa Senhora da Conceição). A partir daí, formou-se o núcleo urbano da cidade, em torno da Igreja, mas a população, que vivia nas fazendas, lidando com a criação de gados, com seu poder agricultor nas lavouras, vinha para as casas aos domingos e feriados (Unifran, *on-line*).

Pela Lei Provincial nº 07, datada de 14 de março de 1839, Franca passou a ser sede de uma comarca, possuindo um juiz de direito e, em 1º de março de 1842, foi criado o distrito policial. Esses são marcos importantes, pois mostram as primeiras ações judiciais e policiais na cidade.

A economia da cidade, no século XIX, foi marcada pela pecuária e pelo comércio. Posteriormente, houve a inserção de seu principal produto: o café. A produção cafeeira avançou pelo século XX trazendo riquezas e desenvolvimento para Franca e região, mas a crise de 1929 afetou a produção do café e houve a necessidade de buscar novos meios de subsistência. Como a pecuária era muito presente

no município, tentou-se usufruir dela por meio da instalação de curtumes e de selarias, de tal modo que seleiros e sapateiros existiam em todas as vilas da cidade. Os curtumes, o artesanato em couro e a imigração estrangeira foram as principais fontes de implantação das indústrias de calçados em Franca, cujo fortalecimento ocorreu em meados dos anos 50, com a concessão de créditos pelo Banco do Brasil. Na década de 1960, a indústria de calçados passou a ser a principal atividade econômica do município. Desde então, muitas transformações ocorreram e alteraram a estrutura social da cidade. O mundo urbano sobrepõe ao rural, surgindo uma nova categoria: o proletariado, que veio a organizar-se como classe, traçando sua história no município. Com a proliferação das técnicas avançadas de produção, as indústrias de calçados passaram a ser reconhecidas por sua qualidade e produtividade, e Franca ficou conhecida mundialmente como a maior produtora de calçados do Brasil.

Existe também a tradição do basquetebol, e o time da cidade já foi por muitas vezes campeão nesta modalidade esportiva. Atualmente, Franca é conhecida como terra dos calçados e do basquete.

Houve também, ao longo do tempo, o desenvolvimento do comércio e da lapidação de diamantes, sendo que Franca se caracterizou como centro importante de garimpo.

Dessa maneira, historicamente, nota-se a importância e o crescimento do município, considerado uma das cidades que mais crescem no estado de São Paulo.

Significativamente, também podemos considerar a importância de suas universidades, que abrigam cursos nas áreas de humanas, exatas, biológicas, ciências sociais aplicadas, que movimentam a economia da cidade e proporcionam o crescimento científico e tecnológico para o município.

As universidades instaladas na cidade de Franca possibilitam uma interação entre vários saberes, pois existe a Faculdade Municipal de Direito, Faculdade de Direito de Franca (FDF); o Centro Universitário da Faculdade de Ciências Econômicas de Franca (Unifacef), com cursos voltados para as áreas de Ciências Administrativas, Econômicas e Contábeis, Comunicação Social, Letras, Matemática, Psicologia

e Turismo e Hotelaria; e a Universidade de Franca (Unifran), com 54 cursos distribuídos entre as áreas de Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Humanas e Artes, Ciências Exatas e Tecnológicas, Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas.

Nesse município, a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) está instalada. A Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS) da Unesp, *campus* de Franca, é caracterizada como polo de excelência na área das Ciências Humanas e Sociais, oferecendo os cursos de História, Direito, Serviço Social (único gratuito do estado de São Paulo) e Relações Internacionais. Criada em 1962, denominada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, era um dos institutos isolados de ensino superior do estado de São Paulo. Em 1968, foi instalada no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, tradicional educandário francano. Em 1976, juntamente com outros institutos isolados, ele foi incorporado à Unesp. A Faculdade possui atualmente cerca de 96 professores, a maioria sob o regime de dedicação integral à docência e à pesquisa. Possui 124 servidores técnico-administrativos, e 2.158 alunos, distribuídos entre os cursos de graduação e pós-graduação.

O Programa de Pós-graduação em Serviço Social foi implantando na Unesp – *campus* de Franca – em 1992, destacando-se como o único gratuito do estado de São Paulo, formando mestres e doutores já inseridos na docência ou que pretendem nela serem inseridos. Recebe alunos de todo o território nacional, tanto assistentes sociais, quanto advogados, psicólogos, filósofos, administradores, arquitetos, jornalistas, dentre outros, que procuram a capacitação profissional. O curso contribui tanto para o aperfeiçoamento profissional, quanto para a formação de pesquisadores, supervisores, docentes, estimulando a pesquisa e a produção científica do Serviço Social. A área de concentração da pós-graduação em Serviço Social é “Serviço Social – trabalho e sociedade”. Dessa maneira, as dissertações e teses do curso *stricto sensu* privilegiam estudos sobre a realidade brasileira, a desigualdade social e as maneiras de enfrentamento das manifestações da questão social na sociedade, na busca da formação por um profissional crítico e propositivo (Unesp, *on-line*).

Caracteriza-se, além do ensino superior de qualidade e excelência, pela quantidade de trabalhos de extensão universitária, pesquisa e estágios que são oferecidos aos estudantes, buscando proporcionar uma formação profissional continuada. Nesse espaço, a Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social ocupa lugar de destaque, reconhecida pelo trabalho oferecido à população usuária, por meio dos profissionais e estagiários de Direito e Serviço Social.

A Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social da Unesp – *campus* de Franca – SP foi criada em 1990 e oficializada em 1992. Nasceu de uma proposta dos professores dos Departamentos de Direito e Serviço Social, como uma possibilidade de extensão universitária, com o atendimento à população economicamente necessitada, não assistida por órgãos públicos e particulares, residentes na comarca<sup>1</sup> de Franca. O Centro Jurídico Social é também um espaço de formação profissional, atendendo ao tripé ensino-pesquisa-extensão, constituindo-se em um campo de estágio privilegiado para os alunos dos cursos de Direito e Serviço Social da Unesp-Franca.

Os objetivos da instituição perpassam pela orientação dos usuários para acesso à defesa e a reivindicação de seus direitos, como também a colaboração na formação ético-técnico-profissional dos estudantes de Direito e Serviço Social selecionados para estágio (Regimento Interno da Unidade Auxiliar). Dessa forma, promove estudos, pesquisas sobre os direitos do homem, cultura e cidadania, infância e juventude, do consumidor, da proteção do meio ambiente e do patrimônio artístico e cultural e demais áreas relativas à assistência social, para a concretização de seus objetivos principais.

Atualmente, são desenvolvidos três projetos na Unidade Auxiliar, além da proposta de atendimento sociojurídico à população na instituição. São estes:

---

1 Comarca é um termo jurídico que designa uma divisão territorial específica e indica os limites territoriais da competência de um determinado juiz ou juízo de primeira instância. Geralmente, coincide com a divisão administrativa do município (Wikipédia, *on-line*).

- Projeto Cadeia: refere-se a atendimentos e orientações sociojurídicas às detentas da Cadeia Feminina de Batatais-SP. Neste projeto também são realizadas oficinas socioeducativas e artesanais com as detentas, momentos de reflexão, lazer e cultura, e, conforme a necessidade, estas orientações e encaminhamentos se estendem a seus familiares.
- Projeto Auxílio-Reclusão: é caracterizado pela orientação acerca do Benefício Previdenciário Auxílio-Reclusão, que pode ser pleiteado pelos dependentes dos presos (ou das presas). Neste projeto os principais usuários da Unidade são os dependentes, filhos, esposas e pais de presos, que ficam sabendo do projeto pela divulgação do projeto nas Cadeias Públicas de Franca e de Batatais, e nos equipamentos da prefeitura municipal de Franca-SP.
- Projeto Cras: caracteriza-se por atendimentos sociojurídicos individuais e coletivos descentralizados, ocupando os espaços físicos dos Centros de Referência da Assistência Social de Franca-SP (Cras).

Vale ressaltar que, em todos os projetos existentes, há a atuação de duplas de estagiários, sendo um do curso de Serviço Social e um do curso de Direito, supervisionados pelos respectivos profissionais das áreas, que, por seus conhecimentos, buscam, no cotidiano de suas ações, obter experiência profissional e qualidade dos serviços prestados à população.

As solicitações que chegam até a Unidade Auxiliar são, em sua maioria, Previdenciárias e Cíveis. Vale ressaltar que, na comarca de Franca, esse serviço de assistência sociojurídica na área previdenciária é realizado somente na Unidade Auxiliar CJS. As ações propostas na área Previdenciária são as seguintes:

- Aposentadorias (por invalidez, por tempo de contribuição / idade) – são benefícios previdenciários, contributivos, nos quais o usuário tendo recolhido os devidos encargos da previdência social e, diante do fator invalidez ou tempo de contribuição, solicita a aposentadoria. Nesse caso, o usuário pode solicitar

inicialmente no âmbito administrativo, ou seja, nas agências do INSS, para depois solicitá-la juridicamente.

- Pensão por morte – é um benefício da previdência social que se caracteriza pela solicitação, por um dos herdeiros diretos da pessoa falecida segurada da previdência. Geralmente, quem solicita esse benefício é o cônjuge ou os filhos.
- Auxílio-doença - benefício previdenciário, de caráter contributivo, que se caracteriza pela solicitação, por parte do usuário, por um afastamento, em função de alguma doença pela qual foi acometido, ocasionando-lhe impedimento de realização da mesma atividade pela qual contribuía.
- Benefício de Prestação Continuada (BPC) – esse benefício é assistencial, não contributivo, ou seja, para as pessoas que não são seguradas e não contribuem com a previdência social. Baseado na Lei Orgânica de Assistência Social – Loas, cujo caráter é assistencial, abrange as pessoas com deficiência, as pessoas idosas ou incapazes que são hipossuficientes economicamente e não possuem condições de ser assistidos por seus familiares.
- Auxílio-reclusão – benefício previdenciário de caráter contributivo, que dependentes dos presos possuem direito de receber, desde que o preso possuísse a qualidade de segurado, quando da prisão. Para solicitá-lo é preciso que os dependentes – filhos, esposas, pais – comprovem essa dependência.

Já na área Cível, encontramos as seguintes solicitações:

- Separação judicial – realizada quando os cônjuges não possuem mais condições de viver em matrimônio. Geralmente, é solicitada por um dos cônjuges e pode ser consensual ou litigiosa. Consensual é quando há possibilidades de acordo entre o casal, e litigiosa, quando da impossibilidade de estabelecer algum acordo. Na ação de separação conjugal, são propostas também as divisões de bens, guarda dos filhos, pensão alimentícia e regulamentação de visitas.
- Dissolução da sociedade conjugal – realiza-se a dissolução quando o casal não foi casado oficialmente, ou seja, no caso



da união estável. Dessa forma, são estabelecidos os mesmos critérios da separação judicial, com um diferencial: nesse caso é preciso comprovar primeiramente a união estável, ou seja, realizar o reconhecimento da união estável, para posteriormente solicitar a dissolução dessa união. Nessa ação, também são realizadas as partilhas de bens, guarda dos filhos, pensão alimentícia e regulamentação de visitas.

- Pensão alimentícia – essa ação é proposta quando há o reconhecimento da paternidade, sendo que possuem direito de recebê-la as crianças e adolescentes, por seus respectivos responsáveis. No caso de um jovem que ainda está estudando, mas já atingiu a maioridade (18 anos), este continua tendo o direito de receber a pensão até o término dos estudos. Os alimentados perdem esse benefício a partir do momento da emancipação, como o caso do casamento, exceto quando comprovar a incapacidade. Nesse caso, o direito de receber a pensão perdura enquanto a doença existir. O valor mínimo para ser pago é 30% do salário mínimo.
- Guarda – é uma ação que pode ser proposta na separação conjugal ou pode ser solicitada em casos provisórios, como a que antecede a adoção, ou quando os pais estão presos, ou ainda incapazes de responderem por seus filhos. Pode ser provisória ou definitiva, e também compartilhada. No caso de guarda dos filhos, é preciso que o responsável pela guarda assegure à criança ou adolescente as condições necessárias para seu desenvolvimento. Quanto à guarda compartilhada, apesar de ter uma residência fixa, os filhos podem transitar livremente entre a casa do pai ou da mãe, dentro das possibilidades de ambos e dos filhos.
- Investigação de paternidade – essa ação é proposta quando o filho não é reconhecido pelo pai. Há, assim, a solicitação desse reconhecimento, que, se não for espontâneo, é estipulado o exame denominado DNA, em que são verificadas veracidade ou não dessa paternidade. Logo após o resultado do exame, se positivo, é expedida a certidão de nascimento com esse reconhecimento.

- Alvará judicial – os usuários solicitam o alvará quando necessitam retirar algum resíduo em dinheiro do Fundo de Garantia por tempo de serviço, Pis-Pasep, que não foram recebidos pelos seus respectivos titulares. Também são expedidos alvarás para retiradas de contas de poupanças ou correntes dos respectivos titulares, em caso de sua ausência.
- Autorização para trabalho de adolescente – com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, essa ação é solicitada pelos responsáveis legais dos adolescentes que possuem mais de 14 anos e menos de 16 anos, que querem trabalhar. Nesse caso específico, são orientados pelos princípios do ECA, que assegura a educação e que verifica se não há prejuízo à saúde e ao desenvolvimento físico e emocional.
- Execução de alimentos – é solicitada a execução quando o responsável pelo pagamento da pensão alimentícia, cujo valor já tenha sido previamente estabelecido, não estiver cumprindo a responsabilidade de seu pagamento, ou seja, quando estiver deixando de pagar a pensão alimentícia.
- Adoção – para pleitear a adoção, o usuário necessita ter no mínimo 21 anos de idade e ser no mínimo 16 anos mais velho que o adotado. Quanto ao estado civil, a lei não faz nenhuma restrição, podendo ser solteiro, casado, viúvo ou ter união estável. Quando da existência de uma união, porém, seja por meio do casamento ou da união estável, é necessário um estudo com ambas as partes, para verificar se os cônjuges estão de acordo com a adoção. Por meio da adoção, o adotado passa a ter um novo registro, podendo gozar dos mesmos direitos de um filho biológico da família que o adotou. Avós e irmãos não podem adotar, podem somente obter guarda. Por lei, a adoção é irrevogável.
- Regulamentação de visitas – o pai ou a mãe, que não estiverem com os filhos, poderão visitá-los, segundo a lei, e tê-los em sua companhia. Essa regulamentação precisa ser acordada com o outro cônjuge, a fim de que seja cumprida conforme o combinado. No caso de impossibilidade de acordo, cabe ao juiz decidir quando devem ser realizadas as visitas aos filhos.

- Interdição – segundo o Código Civil, terão direito à curatela as pessoas que não possuem condições de discernir sobre os atos da vida civil. Dessa forma, a pessoa passa a viver sob direção de um curador, que é a pessoa responsável para administrar os bens e outros atos da vida civil, que o interditado não possa realizar. Essa interdição pode ser absoluta ou relativa.

A equipe técnica, atualmente, é composta por duas profissionais assistentes sociais, sendo uma servidora técnico-administrativa da própria universidade e uma servidora da Prefeitura Municipal de Franca, por meio de um convênio; e duas profissionais advogadas servidoras técnico-administrativas da própria universidade. Há uma psicóloga colaboradora, bolsista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, assim como uma secretária e uma recepcionista, funcionárias da Unesp.

A Unidade Auxiliar possui um Conselho Deliberativo composto por uma supervisora, professora do curso de Serviço Social, uma vice-diretora, professora do curso de Direito, um professor representante do curso de Serviço Social e um professor representante do curso de Direito. Nesse conselho, participam dois representantes da equipe técnica e dois representantes discentes, sendo um de cada área.

Atualmente, a Unidade Auxiliar conta com um quadro de 34 estagiários, sendo 17 do curso de Direito e 17 do curso de Serviço Social, os quais desenvolvem um trabalho de atendimento interdisciplinar aos usuários do serviço sociojurídico.

Os estagiários são inseridos no campo a partir de processo seletivo composto por avaliação teórica e metodológica, dinâmica de grupo, entrevista individual e/ou grupal. Os trabalhos são desenvolvidos mediante o código de ética de cada categoria profissional.

O desdobramento do trabalho do Serviço Social, nesse contexto, além da extensão junto aos usuários da Unidade Auxiliar, é também caracterizado pela proposta de formação profissional aos estagiários do curso de Serviço Social, que são alunos da Unesp – *campus* de Franca, dos terceiros e quartos anos da faculdade.

Esse estágio supervisionado no curso de Serviço Social é curricular, obrigatório e, especificamente, na Unidade Auxiliar Centro

Jurídico Social, é voluntário, pois nem sempre há concessão de bolsas de estágio pela Proex – Pró-Reitoria de Extensão Universitária. Quando há a disponibilização de bolsas para os estagiários, a equipe técnica realiza a seleção dos estagiários que receberão, por requisitos próprios preestabelecidos, tais como tempo de permanência no estágio, classificação no processo seletivo, desempenho no estágio, dentre outros que a equipe julgar pertinentes.

O Serviço Social realiza a supervisão direta aos estagiários, que é dividida em supervisão cotidiana – orientações diversificadas no decorrer do estágio; supervisão sistemática – agendada previamente, é realizada mensalmente, e cada estagiário tem a possibilidade de expor sua situação no estágio: sua inserção no campo, os atendimentos, suas angústias; e supervisão grupal – momento de troca de saberes entre o grupo de estagiários e o supervisor, em que são refletidas questões inerentes ao cotidiano de atuação profissional, por meio de estudos de temas relativos ao exercício profissional no contexto do estágio.

A excelência do estágio supervisionado na Unidade Auxiliar é característica marcante e que propicia aos estagiários experiência única da ação profissional.

Os estagiários possuem um grupo de psicologia, denominado “Pensando e Vivendo as Emoções”, em que eles têm a oportunidade de expor os diversos sentimentos que possuem no desenrolar do estágio supervisionado, e é coordenado por uma Psicóloga, que cursa o mestrado em Serviço Social.

Esse trabalho sociojurídico é considerado referência para as demais Universidades que se propõem a desenvolver ação semelhante. Constitui-se como parte da ação profissional a consultoria às demais instituições de ensino superior que pretendem iniciar ação interdisciplinar entre o Direito e o Serviço Social, na assistência sociojurídica. Em função dessa via, muitas vezes a equipe de profissionais tanto recebe visitas de outras universidades, para compreender como o trabalho é desenvolvido, quanto vai, conforme solicitações, às universidades para trocar as experiências de ação conjunta entre Direito e Serviço Social.

Buscando a integração entre a equipe e um trabalho com qualidade para a população atendida, adotamos a perspectiva interdisciplinar para a realização das atividades.

A proposta de trabalho interdisciplinar é algo desafiador e que merece ser refletida e repensada a cada momento do exercício profissional, ainda mais em conjunto com uma disciplina que é por si só onipotente. Impondo suas premissas, podemos verificar que a tranquilidade que o Serviço Social possui em atuar conjuntamente não é tão pacífica por parte do Direito, que necessita, durante a atuação interdisciplinar, se desprender para concretizar a ação pautada em tal proposta.

Essa proposta de trabalho, todavia, pode trazer ganhos aos profissionais, estagiários, e aos usuários, que poderão ser orientados de forma mais abrangente e não somente em sua solicitação inicial, ou seja, a solicitação jurídica.

Olhar de maneira interdisciplinar requer perseverança. É certo que a base do trabalho interdisciplinar é a interdependência entre os profissionais envolvidos, reconhecendo a área particular de competência de cada um, mas aliada à mútua compreensão e respeito, buscando a superação do conhecimento já existente da realidade social.

No que se refere ao trabalho interdisciplinar, Oliveira (2003) aponta a interlocução entre os variados polos do saber como uma característica inevitável do mundo organizado do conhecimento. A interdisciplinaridade transcende a união de forças para a obtenção de um objetivo comum, ela possibilita o diálogo, a troca de conceitos e ideias, a criatividade interagida entre as áreas do saber.

Nesta perspectiva, Fazenda (2002) compreende a interdisciplinaridade como uma atitude coletiva diante da questão do conhecimento, um projeto em que causa e intenções coincidam, um fazer que surja de um ato de vontade e que, portanto, exige imersão no trabalho cotidiano. Dessa forma, a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre especialistas e pela integração das disciplinas em um mesmo projeto.

A dificuldade encontrada nesse universo é a concretização da intensidade das trocas, pois existe até esforço na Unidade Auxiliar

para que as disciplinas se unam em um só projeto, ou seja, propiciar um atendimento de qualidade e a defesa dos direitos à população usuária do serviço sociojurídico.

A interdisciplinaridade tem como princípio constituinte a diferença. Sabemos que é próprio do ser humano a dificuldade em conviver com as diferenças. Percebemos, assim, que efetivar a interdisciplinaridade requer uma nova postura profissional, como apresenta Martinelli et al. (1995), “um novo saber ético e social”. É necessário rever as próprias práticas e caminhar rumo ao amadurecimento profissional.

A perspectiva interdisciplinar não fere a especificidade das profissões e tampouco seus campos de especialidade. Muito pelo contrário, requer a originalidade e a diversidade dos conhecimentos que produzem e sistematizam acerca de determinado objeto, de determinada prática, permitindo a pluralidade de contribuições para compreensões mais consistentes deste mesmo objeto, desta mesma prática. (idem, p.157).

Um dos desafios do trabalho profissional está no sentido de conseguir materializar os princípios éticos de cada profissão, na cotidianidade do trabalho, evitando que estes fiquem somente no plano da abstração, sem sentido social. Assumindo a defesa intransigente dos direitos humanos, no cotidiano é que se dá a aproximação real com a população assistida pelo Serviço Social e Direito no contexto sociojurídico, como afirma Heller (2004, p.17, destaque do autor):

A vida cotidiana é a vida do homem *inteiro*; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos e sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade.

Na vida cotidiana é que se consolidam, perpetuam e transformam as condições de vida. Por isso, é o espaço da práxis na qual realizamos nossa prática. É certo, porém, que buscamos nossos referenciais de ações nas relações sociais e, muitas vezes, ignoramos o cotidiano como cenário em que essas mesmas relações se firmam.

Agnes Heller afirma que a vida cotidiana é heterogênea, sobretudo no que se refere ao conteúdo e ao significado dos tipos de atividade. Classifica como partes orgânicas da vida cotidiana a organização do trabalho e da vida privada, o lazer, o descanso, a atividade social sistematizada. Afirma, contudo, que tal vida cotidiana é também hierárquica, em função das diferentes estruturas econômico-sociais, hierarquia esta determinada pelo trabalho.

Dentro dessa perspectiva, foi possível construir uma pesquisa neste cenário tão diversificado, marcado pela interação entre as áreas de Direito e Serviço Social, em uma perspectiva de complementaridade para as ações com a população usuária.

## **O trabalho sociojurídico na realidade específica da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social**

O cenário da pesquisa é caracterizado pelo trabalho sociojurídico com a população usuária. É importante destacar que essa ação é realizada com base no arcabouço legal que faz parte do sistema judiciário.

Vale a pena contextualizar o Serviço Social e sua inserção no espaço do judiciário, pois ao longo de sua história, ele vem construindo espaços e se legitimando nessa área.

Ao ser inserido no contexto sociojurídico, precisamos ressaltar que o Serviço Social deve ter consciência de que a instituição tem como competência a aplicação das leis. A Lei, segundo Fávero (2005, p.19), “[...] é expressão concreta do poder do Estado”. Suas práticas podem se operacionalizar como sustentação de parte do poder do Estado. Dessa maneira, por meio do Judiciário, o Estado precisa ordenar e operacionalizar ações referentes aos direitos fundamentais e sociais da população.

Fávero (2003, p.10, destaque do autor) afirma

Campo (ou sistema) sociojurídico diz respeito ao conjunto de áreas em que a ação do Serviço Social articula-se a ações de natureza jurídica, como o sistema judiciário, o sistema penitenciário, o sistema de segurança, os sistemas de proteção e acolhimento como abrigos, internatos, conselhos de direitos, dentre outros. O termo sociojurídico, enquanto síntese destas áreas, tem sido disseminado no meio profissional do Serviço Social [...].

O Serviço Social na organização sociojurídica tem sua inserção geralmente nas comarcas cujos assistentes sociais operacionalizam o poder em âmbito local. Aos espaços profissionais originais são somados hoje múltiplos locais que se constituem também pelos programas de acompanhamento a penas abertas e alternativas, programas de acompanhamento de medidas socioeducativas, programas de apoio a vítimas de crimes e testemunhas, mediação familiar, auxílio aos juízes em diversas áreas (infância e juventude, família, cível, execução penal, juizados especiais, justiça federal, dentre outras) apoio ao Ministério Público, atendimento à população em delegacias especializadas, programas de facilitação de acesso à justiça em defensorias públicas, dentre outros campos que vão se ampliando a cada dia.

Atuando enquanto assistente social no contexto do judiciário, este pode ser solicitado para oferecer subsídios às ações judiciais. Ele atua, mediante sua especificidade adquirida na formação profissional, no espaço intermediário entre a população e o juiz. A ação do assistente social configura-se, dessa maneira, como “agente complementar” da ação do juiz, que se configura como um “agente privilegiado”, ou seja, é ele quem vai tomar a decisão (Fávero, 2005).

A subordinação que pode vir a existir no contexto do judiciário pode ou não estabelecer relações de subalternidade, mas conforme Fávero (idem, p.21):

a autonomia das ações do assistente social depende, fundamentalmente, da competência profissional com que assume sua prática.



Competência entendida, conforme Rios (1993), como sendo constituída por uma dimensão técnica e por uma dimensão política, articuladas a uma dimensão ética – o que implica em conhecimento, em domínio dos conteúdos e instrumentos para a ação, em intencionalidade e autonomia para direcionar o processo de trabalho, em crítica sobre valores que se fazem presentes no comportamento humano.

Podemos verificar que a autora Fávero retrata a respeito da possibilidade de uma ação subsidiada pelos fundamentos teóricos e metodológicos que o Serviço Social possui, e que são, independentemente da área de atuação, instrumentos de ação para o assistente social, que necessita da instrumentalidade (Guerra, 1995) em seu fazer profissional. Isso significa que o Serviço Social precisa ter uma ação pautada na reflexão sobre aquilo que vivencia no cotidiano de trabalho, e não somente uma ação mecanicista, sem possibilidades de questionamentos e transformações.

O assistente social, nesse contexto, está diretamente envolvido com a aplicação da lei, ou seja, vinculado ao exercício do poder, que é elemento fundamental da prática, justamente pelo fato de que ele é parte das funções das instituições das quais atuam os assistentes sociais. Fávero (2005) afirma que o Serviço Social pode contribuir para operar o poder legal, que aplica à norma, e opera também o poder profissional, pelo saber teórico-prático nas relações cotidianas.

Ainda com relação ao judiciário, é possível refletir com Fávero (idem, p.22): “O Judiciário tem a capacidade e a possibilidade formal de agir, de determinar o comportamento do homem. As ações que aí tramitam estão, direta ou indiretamente, proibindo ou autorizando condutas, e mais do que isso, formando opiniões [...]”.

Nesse sentido, a fonte de poder é a Lei, que pode regular até o comportamento das pessoas na sociedade, cujos direitos vêm sendo reduzidos à ordem estabelecida, ou seja, o puro direito positivo. As regras, com essa visão, são impessoais e genéricas, e a lei é colocada como expressão da verdade, prejudicando, dessa maneira, a visão da sociedade como um todo, podendo fazer que muitos juízes tomem

suas decisões desconsiderando a historicidade, as contradições que envolvem os direitos sociais. Nessa ótica, o judiciário é um espaço no qual o saber e o poder são construídos e reproduzidos.

Contraditoriamente, porém, este age enquanto instância de garantia de direitos, dentre eles, os direitos sociais. No contexto do judiciário, na sociedade, é possível verificar que existem muitas modificações nas interpretações e nas aplicações da Lei, assim como existem muitas conquistas de direitos sociais, apesar da lentidão dessas conquistas, especialmente com relação à população que não tem acesso à informação.

A informação possui papel de extrema importância na sociedade, pois existem muitas pessoas que não possuem conhecimento de seus direitos. Por outro lado, há também o receio de propor uma ação judiciária, tanto pela questão do não acesso à justiça e da não existência de condições para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios quanto pelo fato de que, apesar de existir assistências judiciárias, a demanda é geralmente maior que a capacidade de atendimento à população.

Ainda, segundo Fávero (2005, p.25),

Assim, ela acaba sendo alijada de seus direitos e, quando acessa ao Judiciário, é muito mais objeto de controle e regulação, por meio do poder que permeia as práticas judiciárias, do que respeitada na sua constituição de sujeito detentor de direitos.

Enquanto estivermos atuando com base na força do poder e do saber e ignorarmos a condição de sujeito do usuário atendido nas instituições nas quais trabalhamos, não conseguiremos atingir uma ação pautada nos pressupostos do projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Como construímos a concepção sobre o usuário enquanto sujeito detentor de direitos se nem mesmo os próprios assistentes sociais, com raras exceções, possuem o conhecimento acerca dos direitos sociais? É necessário, para os assistentes sociais, nesse contexto, conhecer a legislação social e a terminologia utilizada pelo Judiciário,

para que possa ter uma ação concreta e embasada teoricamente, e não apenas uma ação baseada no metodologismo.

A população que chega ao judiciário, já passou por inúmeros meios de tentar atingir suas expectativas, sendo essa sua última chance de conquista de direitos. É uma população que já foi cerceada de muitas maneiras pelos desafios que a própria vida lhes ofereceu e que está desacreditada de possibilidades de superação desses desafios.

Nos tempos atuais, o fazer profissional no campo sociojurídico, veio a ser preocupação enquanto objeto de ação investigativa, pois houve a significativa ampliação da demanda de atendimento para esses profissionais. Destacamos como marco histórico de ampliação dos trabalhos no espaço sociojurídico a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Há também outro fator de relevância: a valorização da pesquisa dos componentes dessa realidade de trabalho por parte dos acadêmicos e das próprias pessoas que atuam diretamente na intervenção profissional. A profissão passa a ter um novo olhar sobre sua própria ação – o olhar crítico. Há, dessa maneira, um avanço quanto ao conhecimento de sua própria ação profissional, nesse campo de intervenção que, historicamente, era visto como espaço de ações disciplinadoras e de controle social (Fávero, 2003).

Grande parte dos profissionais tem o compromisso com a ampliação e garantia de direitos, propondo alterações nas práticas profissionais aliadas ao crescimento do debate acerca dos sistemas judiciário, penitenciário e das organizações que possuem ações na área de situações permeadas pela violência social e interpessoal.

Para a efetivação das diretrizes profissionais do Serviço Social neste contexto, é necessário realizar uma reflexão sobre a própria ação profissional e sobre o rebatimento que a ação profissional está ocasionando na realidade das famílias com as quais estamos atuando. Se conseguirmos visualizar as mudanças na realidade da prática e dos sujeitos envolvidos, estaremos contribuindo para efetivar nosso projeto profissional.

Sabemos que a população vivencia a precarização do trabalho, com aumento da mão de obra e a falta de estabilidade no emprego, assim como há a privação da garantia de direitos.

Nesse sentido, a demanda que vem à procura do atendimento sociojurídico é aquela que, para conseguir assegurar seus direitos, necessita de uma ação judicial.

Para o atendimento da população que não possui condições de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento, há o respaldo da Lei da Assistência Judiciária (Lei nº 1060, de 5 de fevereiro de 1950), que estabelece as normas para a concessão da assistência judiciária aos necessitados.

A Lei, em seu artigo 1º, traz o seguinte:

Art. 1º Os poderes públicos federal e estadual, independentemente da colaboração que possam vir a receber dos municípios e da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, concederão assistência judiciária aos necessitados, nos termos desta lei.

Sobre a assistência judiciária, a Lei parte do princípio que

O benefício da gratuidade libera a parte que dele dispõe de prover as despesas dos atos que realizam e requerem no processo (CPC 19), bem como de responder pelas custas e honorários advocatícios. Não apenas as pessoas físicas podem se valer desse benefício. Ele deve ser estendido às entidades que prestam serviço de interesse público e que não visem lucro.

Para solicitar o benefício da assistência judiciária, é necessário que o requerente faça uma declaração que não possui condições de arcar com as custas do processo e os honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento ou do sustento de sua família. Cabe, porém, ao juiz conceder ou não esse benefício. A qualquer momento da ação judicial, no entanto, a parte contrária pode solicitar a revogação do benefício da assistência judiciária, alegando a não necessidade do autor, juntando as provas cabíveis. Nesse caso, se for comprovado que o autor agiu de má fé, poderá arcar com despesas processuais, honorários advocatícios da outra parte, peritos, e demais despesas judiciais.

Dessa forma, é necessária, para o atendimento sociojurídico na assistência, a realização de estudo social fundamentado, para a apreensão da realidade do usuário, para posteriores intervenções e planejamentos de ações diante da realidade apresentada.

O estudo social merece destaque nesse contexto, pois é instrumento de aproximação com a realidade socioeconômica dos usuários e dos membros de suas famílias. A utilização dessa metodologia pode propiciar o entendimento das questões que esses usuários vivenciam. Para a realização desse estudo é necessário que se tenha uma Ficha de Estudo Socioeconômico (Anexo 1) e que, segundo Fávero (2003, p.27),

Observa-se que para o desenvolvimento deste trabalho, geralmente o assistente social estuda a situação, realiza uma avaliação, emite um parecer, por meio do qual muitas vezes aponta medidas sociais e legais que poderão ser tomadas. Na realização do estudo, o profissional pauta-se pelo que é expresso verbalmente e pelo que não é falado, mas que é expresso verbalmente e pelo que não é falado, mas pelo que se apresenta aos olhos como integrante do contexto em foco. Ele dialoga, observa, analisa, registra, estabelece pareceres, apresentando, muitas vezes, a reconstituição dos acontecimentos que levaram a uma determinada situação vivenciada pelo sujeito, tido juridicamente como “objeto” da ação judicial.

As manifestações da questão social vivenciadas pelos usuários do Serviço Social no campo sociojurídico, especialmente na Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social da Unesp, apresentam-se das mais diversificadas maneiras.

O espaço contraditório de manifestações da questão social, no qual usuários da Unidade Auxiliar estão inseridos, é cenário de diferentes situações que por eles são apresentadas. Fávero (idem, p.29) afirma que

O conteúdo significativo do estudo social, expresso em relatórios ou no laudo social, reporta-se à expressão ou expressões da questão

social e/ou à expressão concreta de questões de ordem psicológica, como a perda, o sofrimento..., que culminou numa ação judicial [...].

O estudo social vai muito além do conhecimento da realidade social e econômica dos usuários, pois permite a aproximação com essa realidade, possibilitando uma reflexão aprofundada e o planejamento de futuras ações.

Diante dessa realidade, pautado nos princípios éticos, políticos, teóricos e metodológicos, o Serviço Social pode planejar sua intervenção nas mais variadas ações, uma vez que não são as ações jurídicas que determinarão a metodologia de trabalho profissional do Serviço Social, mas as manifestações da questão social nas realidades apresentadas, considerando que trabalharemos buscando a reflexão constante sobre a realidade da singularidade, particularidade e totalidade das questões apresentadas.

Ao iniciar um atendimento, o Serviço Social realiza a entrevista individualizada e o estudo socioeconômico com o usuário, para que, conhecendo a realidade, possa planejar suas ações.

Essa entrevista, no caso específico da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social, é realizada por uma dupla de estagiários, sendo um do curso de Serviço Social e um do curso de Direito, devidamente supervisionada pelos respectivos profissionais.

No processo de entrevista, tanto o estagiário de Serviço Social quanto o de Direito possuem autonomia para realização de questionamentos, reflexões durante o atendimento. Nesse processo, insere-se o estudo socioeconômico, que é realizado mediante a ficha de estudo socioeconômico, que contém dados de identificação do usuário como a idade, sexo, profissão, estado civil, endereço, dentre outros; dados referentes à composição familiar; e dados referentes à condição de saúde e socioeconômica do usuário e de sua família.

É certo que esta ficha é apenas instrumental norteador do estudo socioeconômico, pois, de acordo com a realidade apresentada, o Serviço Social irá refletir e questionar sobre determinados pontos que considerar necessários para a compreensão da totalidade da realidade apresentada.

Após este estudo socioeconômico, o Serviço Social possui elementos necessários para realizar as intervenções que se tornarem viáveis, de acordo com a realidade apresentada, sempre procurando respeitar a liberdade da população usuária.

Como na realidade institucional da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social não existem recursos materiais e nem é possível a realização de outros tipos de atendimento – como inserção em programas sociais, fornecimento de recursos, o trabalho realizado é dentro de uma perspectiva de orientação para os usuários acerca de seus direitos.

A Lei nº 8.662/93, que regulamenta a profissão de assistente social em vigor, em seu artigo 4º estabelece também como competência da profissão em seu inciso XI “[...] realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades”. Dessa forma, o estudo socioeconômico é prerrogativa exclusiva do profissional de Serviço Social, uma vez que este possui competência para a utilização desse instrumental.

Se houver necessidade, após o estudo socioeconômico, o Serviço Social realiza contatos com instituições para a inserção da população em determinado programa ou benefício. Após esse contato e havendo a possibilidade de o usuário ser atendido em suas necessidades, é feito um encaminhamento para a instituição que o atenderá.

Percebemos, dessa maneira, a importância desse atendimento para a população, que está carente não somente em seus aspectos econômico, social e emocional, mas também de informações sobre suas próprias possibilidades para superação da realidade.

Durante o período em que o processo está em andamento, realiza-se o acompanhamento social e jurídico, periodicamente com a população usuária. São necessários acompanhamentos com os usuários, para que a ação profissional não se torne somente imediata. Entendemos que o trabalho continuado com a população pode tornar-se um instrumento de efetivação de direitos e de fortalecimento dos usuários e de suas famílias.

Diante da realidade apresentada, o Serviço Social na Unidade Auxiliar percebe as necessidades que as famílias dos usuários possuem, procurando trabalhar com eles as possibilidades de enfrentamentos das próprias realidades.

Os acompanhamentos são feitos por meio de entrevistas individualizadas com usuários, membros de suas famílias, casais, filhos e, se necessário, com demais pessoas que fazem parte da realidade dos usuários. Para isso, o profissional planeja sua ação, de acordo com a realidade específica dos usuários, levando em conta as questões que foram trazidas por eles e aquelas que ocorreram durante o desencaixar dos atendimentos. É preciso também levar em consideração o contexto no qual os usuários estão inseridos para propor ações que vão ao encontro do que eles solicitam.

Se houver necessidade, para maior aproximação “*in loco*” com os usuários, são realizadas visitas domiciliares. É importante ressaltar que esse instrumental possibilita vínculo com os usuários, pois estes podem se sentir acolhidos pelos profissionais. Por outro lado, os profissionais podem estabelecer contato real com a vida da população, seus costumes, sua realidade e a maneira que se estabelecem as relações no cotidiano de suas vidas. Sair do limite institucional pode trazer ao profissional uma possibilidade de criatividade e de planejamento de ações diferenciadas para determinada população.

No caso específico das ações de separação conjugal, geralmente, vem uma pessoa que é o solicitante da ação. Conforme o que apresenta, são levantados questionamentos que, geralmente, perpassam pelas questões referentes ao tempo de união, quantidade de filhos, motivos da separação, histórico da família, relações intrafamiliares, educação, saúde, habitação, situação econômica, inserção no mundo do trabalho, perspectivas de vida futura, dentre outras questões que surgem no decorrer dos atendimentos, que são singulares. Não existem perguntas “prontas” conforme a ação proposta, o que fazemos é uma interlocução com a realidade apresentada, o contexto existente e as questões sociais, relacionais e políticas que envolvem os usuários e suas respectivas famílias.



As entrevistas com a parte contrária são realizadas de acordo com a necessidade e no decorrer do andamento do “caso”<sup>2</sup>. Em geral, quando a parte contrária vem à Unidade, está disposta a uma separação consensual, pois aqueles que não estão de acordo com a separação não costumam vir quando são chamados. Nesse sentido, durante os atendimentos, pode-se refletir sobre questões referentes ao presente – conflitos e divisões de bens, guarda e pensão alimentícia dos filhos –, assim como as referentes ao futuro – expectativas, acordos com relação às visitas aos filhos, possibilidades e limitações que a separação pode trazer.

Pode ser que, durante os acompanhamentos, o desejo de reatar a vida em comum seja despertado nos casais. Quando isso ocorre, tentamos refletir com ambos sobre a decisão e as implicações que podem vir a existir após esse acontecimento.

O Serviço Social precisa, após a realização das entrevistas e visitas domiciliares, elaborar um Relatório Social – instrumento de registro das atividades e de reflexão sobre a ação realizada. É característica da Unidade Auxiliar a elaboração de Relatórios Sociais fundamentados e reflexivos sobre as ações desempenhadas, pois acreditamos que esse instrumental se constitui em um dos espaços de demonstração da fundamentação teórica do profissional de Serviço Social, pois, junto aos processos judiciais, pode ser utilizado para instruir os pedidos dos usuários e, posteriormente, pode servir a outros profissionais, que venham a consultar os prontuários dos usuários, e também pesquisadores, que tenham como universo de pesquisa a Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social, uma vez que este se constitui em um espaço de ensino-pesquisa e extensão universitária.

A estrutura do Relatório Social é definida conforme a especificidade do atendimento, mas ele deve conter uma Identificação, um Histórico Social, a Situação ou Problemática Apresentada, os Procedimentos Técnicos e o Parecer Social. Quando se tratar de entrevistas de prosseguimento ou acompanhamento, pode-se retirar

---

2 Caso é o nome que se dá, na Unidade Auxiliar, à solicitação que o usuário fez. Cada caso possui um prontuário específico.

o item Histórico Social. No caso específico de Relatório Social de Visita Domiciliar, este deve conter a Identificação, os Objetivos da Visita, o Desenvolvimento e o Parecer Social.

É importante ressaltarmos que o Parecer Social é item onde o profissional poderá expor toda a sua visão profissional sobre determinado assunto e/ou situação apresentada. Diante da análise de conjuntura, relacionando com a realidade do usuário atendido, este poderá elaborar suas concepções sobre determinado atendimento. Moreira & Alvarenga (2003, p.56, destaque do autor) elaboram definição sobre Parecer Social:

Definimos parecer social como “a opinião profissional do assistente social, com base na observação e estudo de uma dada situação, fornecendo elementos para a concessão de um benefício, recurso material e decisão médico-pericial” (MPAS/INSS, 1994:25-26). Mas também podemos defini-lo como um instrumento de viabilização de direitos, um meio de realização do compromisso profissional com os usuários, tendo em vista a equidade, a igualdade, a justiça social e a cidadania.

Não podemos nos esquecer da importância da instrumentalidade do Serviço Social durante a realização de sua ação profissional. Essa ação não pode acabar na praticidade e no tecnicismo, pois ela deve ser eminentemente interventiva, investigativa e reflexiva. A reflexão sobre como agir, como foi realizada a ação e como poderemos propor novas ações possibilita ao profissional utilizar-se, no cotidiano profissional, das fundamentações teóricas e metodológicas do Serviço Social e não meramente executar uma ação.

Esse diferencial pode levar o profissional que atende em uma instituição a verificar quais as possibilidades de intervenção, quais os limites que encontrará para efetivá-las e quais desafios poderão ser superados durante o exercício profissional.

Para a utilização da instrumentalidade, o assistente social necessita ter o conhecimento fundamentado teórico e metodológico, o compromisso ético-político e a capacitação técnica e operativa. Esses

três elementos estão intimamente articulados e simultaneamente presentes na ação profissional.

Realizados esses procedimentos interventivos, a documentação é devidamente anexada ao prontuário do usuário, colocado em arquivos para consultas e demais procedimentos técnicos que se fizerem necessários.

Quando o atendimento é realizado, a ação profissional pauta-se em todos os princípios básicos que citamos acima, e durante o atendimento pode-se verificar que a população usuária geralmente se encontra aberta ao diálogo com os profissionais, em uma relação que é construída conforme os atendimentos são realizados. As pessoas vêm para o atendimento com uma necessidade imensa de serem ouvidas, atendidas e, ao mesmo tempo, com ânsia de conseguir atingir seus objetivos. Todo o procedimento social e jurídico é explicado para os usuários que não podem ser iludidos quanto à realidade das ações que vão propor na Unidade Auxiliar. Enquanto são passadas orientações sobre os trâmites legais para a concessão ou não de sua solicitação, o Serviço Social intervém naquela realidade, procurando inserir os usuários em programas sociais e orientando-os sobre como ter acesso a seus direitos sociais.

Na execução de suas ações, dada a autonomia que o assistente social possui, é prudente verificarmos a importância da não cristalização do modo de agir profissional, pois o âmbito da intervenção cotidiana é um local onde a realidade está mais sujeita à alienação (Heller, 2004). Desse modo, é preciso cuidar para que não tenhamos um pensamento que impossibilite mudanças, fechado em suas próprias concepções, sem conseguirmos enxergar nos sujeitos sociais a liberdade e a criatividade.

O cotidiano de ação profissional é tenso, complexo, onde estão presentes as relações de poder e o autoritarismo, e este é o desafio presente no cotidiano da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social.

No contexto sociojurídico, esse cotidiano é diversificado. Especificamente no agir profissional do universo aqui citado, encontramos uma pluralidade de situações, bem como de experiências, que necessitam da intervenção direta do Serviço Social e do Direito.

Em todo o contexto do trabalho, podemos verificar que a família torna-se a centralidade dos atendimentos realizados. Por trás de determinada situação, sempre se encontra uma pessoa, com seus sentimentos, vivências, valores singulares, que necessita de um atendimento capaz de compreendê-la em sua totalidade.

No trabalho com famílias no Centro Jurídico Social, é necessária a busca por caráter crítico, amplo e sistematizado de reflexão. Torna-se essencial pensar o contexto no qual a família está inserida, ou seja, no modo capitalista de produção, para que, além das aparências, se possam buscar as essências dos fatos por meio da ação profissional. Pensar as relações, os processos e a estrutura na qual a ação está sendo desenvolvida permite a transparência do exercício profissional.

A atuação profissional com os usuários e suas famílias é caracterizada pela proposta de atendimento individualizado. As solicitações dos usuários são, na maioria das vezes, questões referentes a situações familiares. A partir da utilização desse instrumental, busca-se um atendimento que permita a análise da realidade social apresentada, com a perspectiva de decifrá-la, para trabalhar com todos os aspectos possíveis das questões postas. O atendimento também é pautado na postura ética, respeitando-se a individualidade do sujeito, bem como o sigilo profissional. Quaisquer alternativas de intervenção e acompanhamento somente são realizadas posteriormente ao estudo socioeconômico do usuário e de sua família.

Esse processo pode dar uma visibilidade à família, que é protagonista de sua própria história. A realidade social que se vivencia na atualidade é pautada no individualismo, as relações sociais que visam ao vínculo estão sendo desconsideradas, dada a dinâmica da sociedade capitalista. É visível a falta de tempo para a convivência familiar.

É possível verificarmos, diante da realidade de vida apresentada pelos usuários do Serviço Social na Unidade Auxiliar, que há déficit com relação a suas condições de trabalho, que eles vivenciam as consequências do capitalismo no mundo do trabalho.

Traçando a diversidade de eixos e propostas para se efetivarem, assim caminha o desafiante trabalho sociojurídico na Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social da Unesp – *campus* de Franca-SP.

## Processo metodológico da pesquisa

O dicionário é capaz de nos dar uma resposta imediata e sintética do ato de pesquisar, mas suas determinações vão além do conhecer/ descobrir a realidade que se propõe estudar, revela-se também como caminho para a criação e libertação das amarras do pensamento reproduzido. (José Filho, 2006, p.63)

Pensarmos sobre o que uma pesquisa pode possibilitar, em meio a tanta turbulência desse processo, pode ser quase impossível. Procurando, porém, descrever minuciosamente o processo metodológico que foi percorrido para a elaboração desta tese, podemos afirmar que voltamos ao início de nossas indagações, quando estávamos elaborando o projeto para prestarmos a seleção do doutorado, e todo o percurso metodológico que fizemos após esse início, até o presente momento.

É importante lembrarmos os sabores e dissabores experimentados durante essa trajetória, que culminaram no desenvolvimento desse trabalho. Como José Filho afirma na citação acima, as determinações do ato de pesquisar vão muito além da descoberta daquilo que se propõe a estudar, pois podem se constituir em caminhos para criações e libertações das amarras do pensamento reproduzido. Perguntarmos se é para continuarmos ou pararmos. Adentrar no interior de um universo desconhecido é uma ação dinâmica, que possui diversidade de trajetórias.

Para José Filho (2006), dialogarmos com a realidade que pretendemos investigar, e com o diferente faz parte do ato de pesquisar, que pode ter em seu bojo as críticas e as possibilidades de momentos criativos.

Pedro Demo (1983, p.23) afirma que

Pesquisa é a atividade científica pela qual descobrimos a realidade. Partimos do pressuposto de que a realidade não se desvenda na superfície. Não é o que aparenta à primeira vista. Ademais, nossos

esquemas explicativos nunca esgotam a realidade, porque esta é mais exuberante que aqueles.

Pesquisar é tentar desvendar o aparente para chegar à essência daquilo que nos é apresentado. Dessa forma, em tudo que existe há a possibilidade de novas descobertas, novos contornos e novos caminhos a serem percorridos.

Para Pedro Demo (1983, p.26), “O grande valor da pesquisa empírica é o de trazer a teoria para a realidade concreta”. Esse realmente é o objetivo do pesquisador ao propor uma pesquisa baseada em fatos da realidade.

A pesquisa proposta é baseada em nossa própria realidade de trabalho, esse é o universo onde foi realizada a pesquisa. Nesse sentido, é importante observarmos as questões referentes ao contexto no qual a pesquisa foi realizada e a relação que possuímos, enquanto pesquisadores, com a realidade abordada.

Para José Filho (2006, p.63): “No contexto científico o processo de pesquisa adquire alguns contornos. A atitude investigativa conta com certos momentos que englobam teoria, método e prática, transpassando o reducionismo do empirismo”.

É por esse motivo que se torna imprescindível mostrarmos o caminho percorrido durante a elaboração da pesquisa para que ela não se reduza somente à relação aparente com a realidade, sem considerar todo o trajeto percorrido durante a elaboração do trabalho.

A interpretação da realidade à luz de uma teoria pode trazer ao conhecimento uma conceituação e o significado da aproximação com essa realidade. Desvendarmos o real em sua totalidade seria impossível, mas o diferencial da pesquisa é poder lançar olhares explicativos pelas aproximações que fazemos com a realidade.

Desvendando os motivos pelos quais foi escolhido determinado tema, podemos recorrer ao que Minayo (2004) traduz como atração o universo do cotidiano. Levando em consideração o que atrai na produção do conhecimento, podemos verificar que objetivamos conhecer o desconhecido, confrontando-o com o que nos é estranho. Nesse cenário, tentamos delimitar esse universo – a Unidade Auxiliar

Centro Jurídico Social –, em função do fato de desempenharmos, há oito anos, nesse local, a função de assistente social, estando em contato com as mais variadas formas de manifestação da questão social. Especificamente, o tema proposto – família –, é objeto de estudos desde a graduação, quando foi realizada a pesquisa de trabalho de conclusão de curso sobre adolescentes, filhos de pais separados. Posteriormente, na dissertação de mestrado, o tema estudado foi a situação das famílias durante o processo de separação conjugal. Um dos motivos pelos quais buscamos estudar a realidade das famílias após a separação foi a presença marcante das situações familiares durante o processo de separação e a atuação do Serviço Social junto à realidade dessas famílias, na Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social da Unesp – *campus* de Franca-SP.

A atuação profissional permitiu um amadurecimento no exercício do pensar em relação aos atendimentos em suas especificidades, especialmente aos atendimentos relacionados aos conflitos familiares. O aprofundamento, no referencial teórico, propiciou subsídios para a ação profissional e, no próprio referencial sobre a temática família, permitiu a compreensão e análise fundamentada da realidade apresentada.

Diante desse cenário, podemos afirmar que pesquisar a realidade das famílias após a separação conjugal, na Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social – Unesp-Franca, foi exercício prazeroso, pois trata-se da identificação que possuímos com a temática proposta.

Para Minayo (2004), é preciso superar a visão dicotômica entre qualitativo e quantitativo, ambos devem ser percebidos como complexo constitutivo da totalidade. Nesse sentido, afirma:

A rigor qualquer investigação social deveria contemplar uma característica de seu objeto: o aspecto qualitativo. Isso implica considerar sujeito de estudo: gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados. Implica também considerar que o objeto das ciências sociais é complexo, contraditório, inacabado e em permanente transformação. (idem, p.22)

É importante essa reflexão a respeito da apreensão do qualitativo, pois ele propõe novo olhar sobre os sujeitos da pesquisa, buscando referenciar os aspectos históricos, sociais e políticos do contexto no qual foi realizada a pesquisa, não se esquecendo que os espaços são inacabados, contraditórios e estão permanentemente em construção.

Quanto aos aspectos gerais da pesquisa qualitativa, Martinelli (1999, p.21) aponta algumas especificidades que são

novas metodologias de pesquisa que, mais do que pensar índices, modas, medianas, buscassem significados, mais do que descrições, buscassem interpretações, mais do que buscar coleta de informações, buscassem sujeitos e suas histórias. Certamente, isso pressupõe um outro modo de fazer pesquisa, no qual não deixa de ser importante a informação quantitativa, mas sem que se excluam os dados qualitativos. Esses dados ganham vida com as informações outras, com os depoimentos, com as narrativas que os sujeitos nos trazem.

Para a realização da pesquisa, o percurso metodológico utilizado foi o seguinte: Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Documental, Pesquisa de Campo.

A pesquisa bibliográfica constituiu-se em um levantamento de fontes já publicadas – livros, revistas, publicações de diversas naturezas. Segundo Marconi & Lakatos (2007, p.44, destaque do autor), a finalidade dessa pesquisa é

colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista “o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações” (Trujillo, 1974: 230). A bibliografia pertinente “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas, onde os problemas ainda não se cristalizaram suficientemente” (Manzo, 1971: 32).

Após esse contato inicial com o referencial teórico, é possível estabelecermos uma forma de colocar em prática os demais passos



da pesquisa bibliográfica, que se iniciou com a escolha do tema, elaboração do plano de trabalho, fichamentos, análises, interpretações e a redação propriamente dita.

Concomitante a esse turbulento exercício de pensar, analisar, elaborar, foram realizadas as demais fases da pesquisa – a documental, a de campo. Primeiramente, houve a solicitação de permissão à Supervisora da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social para a realização da pesquisa com os usuários da instituição (Apêndice A).

Para a pesquisa documental, utilizamos na instituição universo desse estudo, o Centro Jurídico Social da Unesp – *campus* de Franca-SP, os livros e materiais administrativos para melhor compreensão da realidade institucional, assim como demais documentos – Regulamento Interno do Centro Jurídico Social (Anexo B); Plano de Atuação da Equipe Interdisciplinar do Centro Jurídico Social; Plano de Atuação do Assistente Social do Centro Jurídico Social; Livros de Registros de Matrículas e de solicitações dos usuários.

Gil (1996) define que há semelhança entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, mas existem diferenças na forma de utilizá-las, como, por exemplo, no método de análise dos dados.

Nesse sentido, procuramos utilizar esse material para construir reflexões acerca da intervenção profissional do assistente social na instituição, bem como para demonstrar as normas e especificidades da instituição.

Procuramos delimitar os anos com os quais iríamos realizar a pesquisa, sendo que o recorte temporal utilizado foi entre os anos de 2004 e 2006, justamente por estarem mais próximos à atualidade, mas também pelo fato de que tais processos já poderão estar concluídos, pois, se fosse utilizado o ano de 2007, poderíamos correr o risco do processo de separação ainda estar em andamento.

A Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social possui ações tanto na área cível quanto na área previdenciária, sendo que nos anos em que foi desenvolvida a presente pesquisa, tivemos os seguintes atendimentos:

Tabela 1 – Incidências das áreas solicitadas no ano de 2004 (geralmente depois da tabela – vale para todas)

Área	Quantidade	%
Cível (família e sucessões)	89	47,85
Previdenciário	90	48,39
Penal	07	3,76
Total	186	100

Fonte: Relatório Estatístico CJS – 2004 (Oliveira, 2004)

Vale ressaltar que, durante esse ano, as procuras pelas ações nas três áreas se deram pelas seguintes ações propostas:

- 1º Ações Previdenciárias (Aposentadorias, Benefício de Prestação Continuada, Auxílio-reclusão, Auxílio-doença)
- 2º Ação de Alimentos / Execução de Alimentos / Investigação de Paternidade
- 3º Separação (Separação Judicial, Conversão de separação em divórcio, Divórcio, Dissolução de sociedade de fato)
- 4º Alvará Judicial
- 5º Interdição
- 6º Autorização de trabalho de adolescente
- 7º Regulamentação e modificação de guarda e visita
- 8º Homologação de acordo (Alimentos, Guarda, Visita e Dissolução de sociedade de fato)
- 9º Adoção
- 10º Ação Indenizatória – danos morais

Tabela 2 – Incidências das áreas solicitadas no ano de 2005

Área	Quantidade	%
Cível (família e sucessões)	176	67,43
Previdenciário	82	31,41
Penal	03	1,16
Total	261	100

Fonte: Relatório Estatístico CJS – 2005 (Oliveira, 2005)

Diante desses dados, podemos verificar que a área cível foi predominante no ano de 2005 e dentre as ações que foram solicitadas, temos as seguintes:

- 1º Ação de alimentos / Execução de Alimentos / Investigação de Paternidade
- 2º Separação (Separação Judicial, Conversão de separação em divórcio, Divórcio, Dissolução de sociedade de fato)
- 3º Interdição
- 4º Ações Previdenciárias (Aposentadorias, Benefício de Prestação Continuada, Auxílio-reclusão, Auxílio-doença)
- 5º Homologação de Acordo (Ação de Alimentos, Guarda, Visita e Dissolução de Sociedade de Fato)
- 6º Ação de Regulamentação e Modificação de guarda e Visitas
- 7º Autorização judicial para trabalho de adolescente
- 8º Alvará Judicial
- 9º Adoção
- 10º Ação Penal

Tabela 3 – Incidências das áreas solicitadas no ano de 2006

Área	Quantidade	%
Cível (família e sucessões)	196	67,58
Previdenciário	85	29,31
Penal	09	3,11
Total	290	100

Fonte: Relatório Estatístico CJS – 2006 (Oliveira, 2006)

Nesse ano, o que observamos foi novamente a procura pela área cível, cujo crescimento foi visível. Tivemos as seguintes procuras por ações:

- 1º Ação de Alimentos / Execução / Investigação de Paternidade
- 2º Separação (Conversão de separação em divórcio, Divórcio, Dissolução de Sociedade de Fato)
- 3º Interdição

- 4º Ações Previdenciárias (Aposentadorias, Benefício de Prestação Continuada, Auxílio-reclusão, Auxílio-doença)
- 5º Homologação de Acordo (Alimentos, Guarda, Visita e Dissolução de Sociedade Conjugal)
- 6º Ação de Regulamentação, Modificação de Guarda e Visita
- 7º Autorização Judicial para trabalho de adolescente
- 8º Alvará Judicial
- 9º Adoção
- 10º Ação Penal

Percebemos que existe grande procura por ações na área cível, que engloba família e sucessões. Nesse sentido, verificamos, conforme a realidade estudada, que as solicitações da área de família são diversificadas, sendo desde ações de alimentos, alvarás, guarda, até as ações de separação judicial e divórcio.

No tocante aos casos de separação, objetos de nossa investigação, obtivemos os seguintes resultados de solicitações:

Tabela 4 – Quantidade de solicitações de separação conjugal por ano

Ano	Quantidade de solicitações
2004	14 (quatorze)
2005	26 (vinte e seis)
2006	30 (trinta)

Fonte: Investigação da pesquisadora – 2007

Podemos observar que houve crescimento no número de solicitações de separação nos últimos dois anos estudados. Na atual conjuntura social e econômica, podemos relacionar esse evento com vários fatos, dentre eles: o acesso à informação por parte da população usuária, a influência da mídia nas famílias, a independência feminina, o desemprego, a drogadição, o alcoolismo e as transformações nos relacionamentos na sociedade, diante das novas configurações familiares.

O avanço do processo de independência feminina pode ser um fator decisivo para que o casal decida por separar-se. Diante da possibilidade de sobrevivência sem a dependência econômica do esposo,

a mulher passa a criar sua própria autonomia, buscando meios de subsistência para si mesma e para seus filhos.

As novas configurações familiares, as mudanças na sociedade podem exercer um papel importante no tocante ao impulso de separar-se. No contexto social, esse ex-casal pode encontrar diversos ex-casais, que se constituíram em diversas configurações familiares.

Para maior contato com a realidade, na busca da investigação nos prontuários, houve o esforço em compreendermos o que estava relatado nos Relatórios Sociais, nas Petições, na Ficha de Estudo Socioeconômico, na Ficha de Procedimentos Técnicos. Diante do que fora apresentado, registramos em um formulário específico para melhor compilação dos dados colhidos (Apêndice B).

Foi possível delinear questões importantes para a efetivação desse estudo, tais como traçarmos o Histórico Social dos sujeitos, levantarmos problematizações, reflexões e elaborarmos levantamentos estatísticos que demonstram a demanda e o processo vivenciado pelos mesmos.

A pesquisa foi realizada nas dependências do Centro Jurídico Social, por meio da leitura dos prontuários, para obtermos as informações necessárias para o conhecimento da realidade.

Foi preciso traçar os motivos das separações para entendermos o contexto da realidade apresentada nos três anos de estudo. Observa-se que existem motivos variados para que os casais se separem, mas um motivo foi o que o impulsionou, seguido de outros, que, sozinhos, não seriam motivos reais para a concretização da separação. Dos 14 prontuários analisados no ano de 2004, podemos verificar diferentes motivos de solicitações, que estão expressos no Gráfico 1.

O alcoolismo aparece empatado em termos de solicitações com a regularização da situação, estando ambos no mesmo patamar, com um percentual de 22% das solicitações. Existem diversas consequências do álcool tanto no sistema biológico, quanto nos aspectos psicológico e social, e, segundo Campos (2005, *on-line*), “embora a doença alcoólica seja um mal individual, ela ao mesmo tempo em que atinge o dependente também afeta sua família e local de trabalho, deteriorando os vínculos sociais e os afetos”.

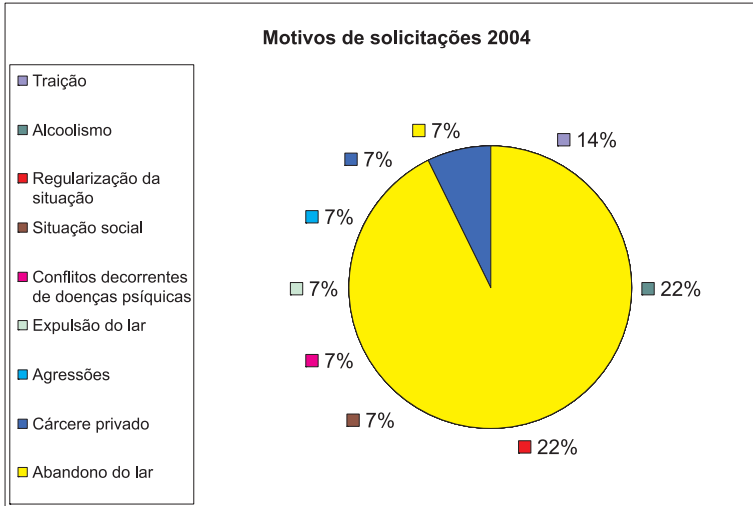


Gráfico 1 Motivos de solicitações 2004

A regularização da situação se refere aos casos nos quais os usuários já estavam separados, mas não tinham oficializado formalmente esse pedido. Pode-se observar que, embora estejamos no século XXI, ainda encontramos situações de cárcere privado, uma situação que pode gerar diversas discussões, pois, além de gerar um sentimento de incapacidade por parte da vítima desse tipo de atitude, não deixa de ser um tipo de agressão à liberdade da pessoa humana.

O índice de traição, ou da relação extraconjugal, também é bastante significativo, representando 14% dos motivos das separações conjugais. Pode-se observar que mesmo aquelas pessoas que conseguiram manter uma relação conjugal conflituosa por vários anos não estão mais mantendo a política da tolerância, pois existem fatores que são decisivos para que os casais se separem.

A situação socioeconômica também é um motivo de separação conjugal. As famílias que vivenciam as manifestações da questão social tão escancarada em seu cotidiano podem sentir nas próprias relações os efeitos dessa situação.

Continuando o demonstrativo das solicitações, podemos verificar que, no ano de 2005, tivemos 26 pedidos de separação conjugal, como é apresentado no Gráfico 2:

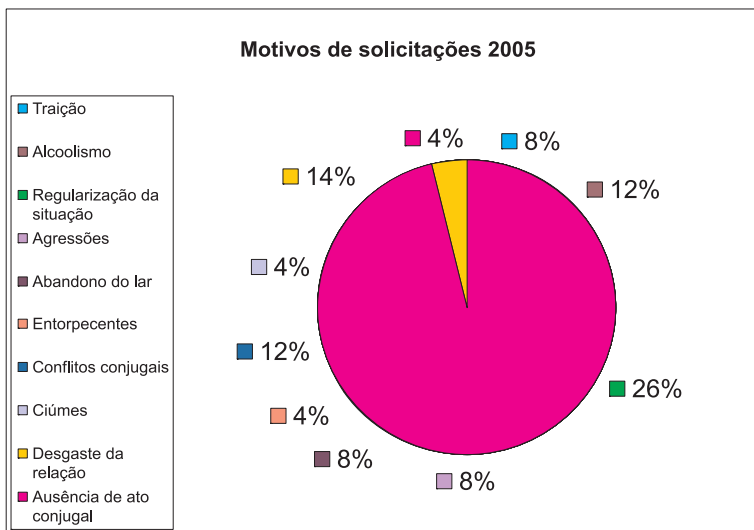


Gráfico 2 Motivos de solicitações 2005

Como está visível claramente no gráfico, houve maior variedade e uma mudança nos motivos de solicitações de separação no ano de 2005. Porém, ainda tem forte presença a regularização da situação e o alcoolismo ainda permanece como a presença representativa. As agressões, o abandono do lar, a traição também continuam sendo motivos para a separação.

Interessante analisar o fato de que, nesse ano específico, ocorreram dois motivos diferentes, no tocante ao relacionamento conjugal, que é o desgaste da relação, com 14%; e os conflitos conjugais, com 12%. Esses são fatores que demonstram que, quando o relacionamento conjugal está afetado e as relações não são saudáveis, não há como levar adiante uma união. Outra questão com relação aos relacionamentos apareceu, com menor expressão, mas foi decisiva

na separação: o ciúme. No que se refere ao item ausência de ato conjugal, podemos afirmar que causa estranheza o fato de que um casal, na contemporaneidade, não tenha mantido o ato conjugal, mas ao verificar o prontuário, foi possível compreender que realmente ambos não haviam tido relações sexuais, motivo pelo qual foi solicitada a separação conjugal.

Ainda analisando os motivos pelos quais as pessoas solicitam a separação, pode-se verificar que, no ano de 2006, houve o total de 30 prontuários analisados. O Gráfico 3 demonstra os resultados:

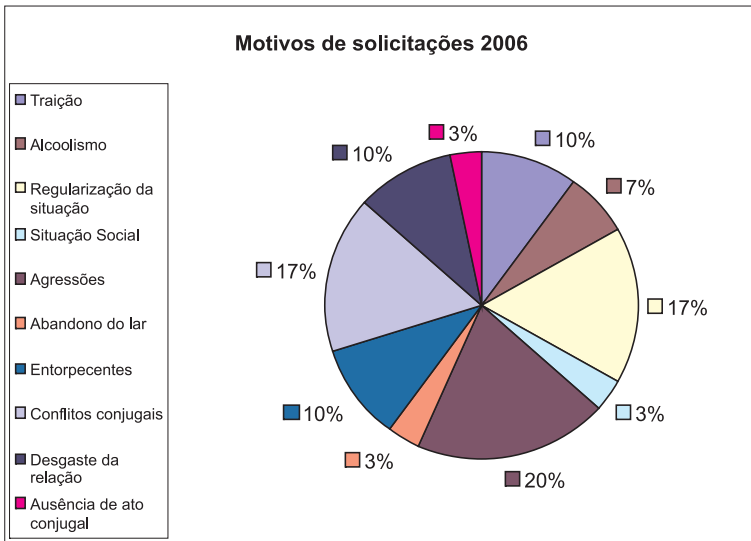


Gráfico 3 Motivos de solicitações 2006

Ao verificar o gráfico, podemos afirmar que o fato de aparecer novamente o item ausência de ato conjugal ocasionou espanto. Ao analisar o prontuário, foi possível constatar que pelos relatos que lá constavam, realmente, o casal também não tinha mantido relações sexuais. Considerando-se todas as transformações da sociedade, as mudanças no tocante às concepções de relações sexuais, sendo elas comuns mesmo antes do casamento, é possível refletir sobre quais



motivos levaram esse casal a não manter relações sexuais. Seria por acaso algum distúrbio psicológico ou alguma disfunção biológica ou física? Ou meramente falta de desejo com relação àquele parceiro (a). Nesse sentido, o relatório social veio mostrar que era a falta de desejo com relação ao parceiro.

Disparadamente, pode-se verificar que o alcoolismo e a regularização da situação aparecem em todos os anos com destaque entre os motivos de separação. Nesse ano específico, houve um índice significativo de 17% com relação aos conflitos conjugais, enquanto o desgaste da relação, a traição e o uso de entorpecentes ficaram com 10%. Esse último aparece pela primeira vez, enquanto as agressões, a situação social e o abandono do lar foram em menor quantidade nesse ano.

É certo que existem diversos motivos que, agrupados, podem levar ao fim de uma união e, certamente, esses motivos elencados foram a reta final para que o casal se decidisse com relação à separação. Diante desses fatos, podemos afirmar que a situação social perpassa por todos os demais motivos que foram citados nos prontuários pesquisados. O cotidiano conjugal é influenciado pelo contexto social no qual a família encontra-se inserida, como bem coloca Heller (2004, p.40) quando diz “[...] a vida cotidiana tem sempre uma hierarquia espontânea determinada pela época (pela produção, pela sociedade, pelo posto do indivíduo na sociedade)”. Se a vida cotidiana é determinada pela época, o cotidiano familiar é também influenciado por ela.

Houve a preocupação em saber quais eram as configurações familiares das pessoas que solicitaram separação nos anos de 2004, 2005 e 2006. Conforme pesquisa nos prontuários, foi possível traçar os modelos de família que eram apresentados quando da solicitação da separação, conforme o Gráfico 4.

As configurações familiares podem retratar a nova família, apesar da predominância da família nuclear. Houve representativa expressão dos modelos de família monoparental feminina e extensa. Considerando-se a composição familiar, os dados colhidos representaram o modelo que a família estava quando a pessoa chegou para solicitar a separação conjugal.

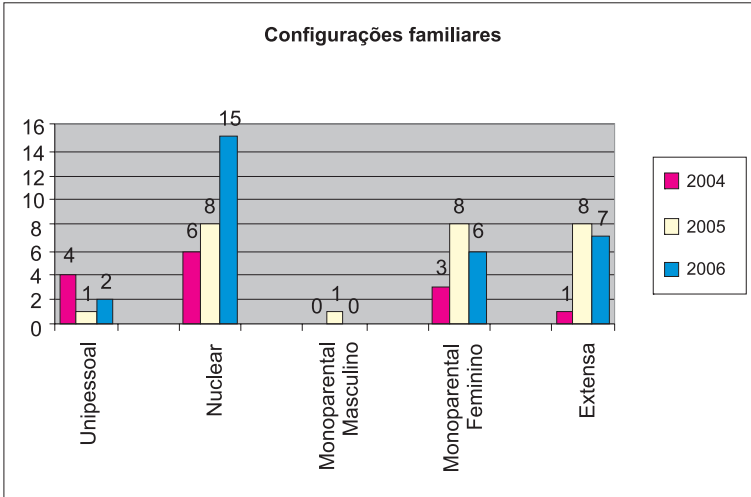


Gráfico 4 Configurações familiares 2004, 2005 e 2006

## Os sujeitos da pesquisa

A escolha dos sujeitos da pesquisa foi período que demandou conhecimento da realidade apresentada, e o exercício de pensar sobre o que realmente necessitaríamos para desvendar a realidade das famílias após a separação conjugal.

O primeiro critério para essa escolha foi o da solicitação dos usuários: optamos por selecionar os que tiveram como solicitação a separação conjugal – separação judicial, separação de corpos, dissolução da sociedade conjugal e divórcio. Posteriormente, pensamos em outro critério: seriam selecionados os usuários que possuísem um ou mais filhos, em função do fato da representação que a maternidade e a paternidade possuem nesse processo de separação.

É importante verificarmos o quanto é forte e presente a questão da maternidade e da paternidade tanto para os filhos quanto para os cônjuges. Pode ser que, durante a vida conjugal, esse fator tenha passado despercebido, mas, ao iniciar o processo de separação, principalmente, ao estipular a questão da guarda dos filhos, da pensão

alimentícia, um arcabouço de questões surge para ser resolvido, conversado, investigado, questionado. As posturas dos cônjuges com relação aos filhos podem gerar conflitos imensos no decorrer do processo de separação conjugal, que antes nem sequer teriam sido imaginados, por parte dos filhos e dos próprios cônjuges.

Percorremos um trajeto para encontrar os sujeitos da pesquisa, através da investigação nos arquivos da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social, especificamente nos livros de Registros de Matrículas e Prontuários de Usuários. O Livro de Registros de Matrícula é composto pelo nome do usuário, número do prontuário, solicitação, data do primeiro atendimento e data do arquivamento. O prontuário é único para cada usuário, contém o registro de matrícula, a ficha de identificação e estudo socioeconômico, os Relatórios Sociais, as Petições, Ficha de Procedimentos Técnicos, documentos pessoais do usuário e demais documentos que se tornarem necessários durante o decorrer dos atendimentos.

Nesse sentido, tornou-se necessário pesquisarmos o número de pessoas que tinham filhos e solicitaram a separação, conforme demonstra a Tabela nº 5:

Tabela 5 – Quantidade de pessoas com filhos por ano

Ano	Número de pessoas com filhos
2004	14 (quatorze)
2005	24 (vinte e quatro)
2006	28 (vinte e oito)

Fonte: Investigação da pesquisadora – 2007

É importante verificarmos que, do total geral de solicitações de separação dos anos estudados, somente quatro pessoas não possuíam filhos, mas este fato não é suficiente como critério de pesquisa, pois seria necessário que a separação já estivesse consumada para podermos verificar como a família se estabeleceu após a separação.

Por meio do levantamento realizado na pesquisa de campo, pudemos verificar que, no ano de 2004, tivemos o total de sete separações consumadas de pessoas com filhos, no ano de 2005, foram

11 separações consumadas, já no ano de 2006 foram 16 separações consumadas.

No que se refere aos motivos pelos quais as pessoas não se separaram, encontramos os seguintes: desistência da ação, reconciliação, impossibilidade da ação, falecimento do cônjuge, suicídio do cônjuge. Podemos comparar os motivos da não consumação da separação demonstrados na Tabela 3, por ordem de anos de solicitações:

Tabela 6 – Motivos de não consumação da separação por ano

Ano	Desistência	Reconciliação	Falecimento do usuário	Impossibilidade da ação	Suicídio cônjuge
2004	2 (duas)	2 (duas)	-----	-----	-----
2005	5 (cinco)	-----	1 (uma)	1 (uma)	-----
2006	5 (cinco)	3 (três)	-----	2 (duas)	1 (uma)

Fonte: Investigação da pesquisadora – 2007

Como observamos, existem alguns motivos para que a separação não seja consumada. Nesse sentido, verificamos que muitas pessoas desistem da ação de separação. Isso se dá, certamente, por fatores diversificados, tais como o desgaste que a ação de separação ocasiona, a preocupação com os filhos, a dificuldade econômica, pois a separação implica uma mudança na vida familiar. O fato de desistir da ação de separação não significa que as pessoas tenham se reconciliado. Muitas vezes continuam vivendo na mesma casa e com os mesmos conflitos de uma relação desgastante, que perdeu sua conjugalidade há muito tempo.

Existe também a possibilidade de reconciliação do casal durante a ação de separação. O casal pode reatar a união até no momento em que está acontecendo a audiência da separação, como foi o que ocorreu com um dos solicitantes da separação.

Quanto à impossibilidade da ação, esse aspecto pode ser relacionado com a questão dos bens do casal, com a mudança para outra comarca, como pudemos observar ao coletar os dados dos solicitantes.

Observamos dois falecimentos, sendo um por falência múltipla dos órgãos da usuária e outro por suicídio do cônjuge. Nesses casos,

há muito que se trabalhar com a família dos solicitantes, pois o Serviço Social não atua somente em ações judiciais específicas, mas procura propor alternativas de atuação mediante a realidade apresentada, e essa não cessa pelo falecimento dos usuários.

Diante da pesquisa realizada, constatamos que a maioria dos solicitantes de separação é do sexo feminino. Nesse sentido, ao buscarmos nosso referencial teórico, observamos a evolução da autonomia feminina no contexto social. Se anteriormente a mulher aceitava as regras impostas pelos pais e maridos, após as mudanças da sociedade, isso também mudou.

A mulher, mesmo com a dupla jornada de trabalho, o cuidado dos filhos e esposo, está buscando rever sua própria realidade. Saindo da singela vida do lar, o mundo externo oferece-lhe ângulos diferentes de visões, fazendo que reflita sobre sua própria vida. Nesse sentido, o trabalho é um dos fatores que se destaca enquanto fonte da autonomia e independência feminina.

Apresentando a prerrogativa de que necessitava cuidar da casa, do esposo, dos filhos, administrando o lar com os afazeres gerais, a mulher, mesmo tendo uma vida conjugal infeliz, não buscava cessar o casamento, pois aquele era o mundo no qual ela estava inserida e, sair daquele contexto não fazia parte de suas reflexões.

Atualmente, porém, por meio da evolução do processo de emancipação feminina, e com a mulher conseguindo maior visibilidade no cenário público, e não somente no privado, esta passou a lutar por seus direitos. A grande maioria dos usuários solicitantes de ações na Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social é composta pela figura feminina.

Essa realidade pôde ser comprovada por nossa pesquisa, pois a maioria dos solicitantes de separação, nos três anos consecutivos, são do sexo feminino. No Gráfico 5, podemos verificar esses dados.

Nesse sentido, optamos por escolher as mulheres que haviam tido suas separações conjugais consumadas e que tivessem filhos, como sujeitos de nossa pesquisa, pois significativamente estas foram a maioria representativa nas solicitações de separação.



Gráfico 5 Sexo dos solicitantes de separação por ano

Realizamos a seleção das entrevistadas mediante sorteio. Das quatro pessoas sorteadas, conseguimos contato somente com três, com as quais realizamos as entrevistas. Provavelmente, o contato foi dificultado pelo fato de que os sujeitos escolhidos haviam mudado de residência, de telefone, perdido o contato com a Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social. Houve a tentativa de localização dos sujeitos por contato com vizinhos, porém, estes também não sabiam informar para onde haviam se mudado. Dessa forma, tentamos contato com outros sujeitos para substituí-los, mas o que conseguimos foi um número de três mulheres, que prontamente concordaram em serem entrevistadas.

Apesar de reconhecermos que o número de entrevistadas é pequeno, acreditamos que está adequado às questões que permeiam as formalidades metodológicas da pesquisa qualitativa. O contato foi realizado por telefonemas para suas residências, quando os sujeitos foram consultados se gostariam de participar das entrevistas e, após a confirmação, agendamos e efetuamos as entrevistas em suas próprias residências, pois optaram por esse procedimento, que foi realizado na primeira metade do mês de junho de 2008.

Nesse sentido, observamos que é de extrema importância “[...] o contato direto com o sujeito da pesquisa” (Martinelli, 1999, p.22).

Ainda que sejam importantes as demais técnicas de coleta de dados, partimos do princípio que a viabilidade do contato com o sujeito pode permitir observá-lo, conhecê-lo, desvendá-lo, aprofundando as análises.

Martinelli (1999, p.22) afirma ainda que é preciso, pelas entrevistas, buscarmos entender os fatos a partir da interpretação da vivência cotidiana, sendo que alguns pressupostos são importantes para a fundamentação do uso da metodologia qualitativa de pesquisa:

- 1º Reconhecimento da singularidade do sujeito: para conhecer o sujeito, que é único, é necessário ouvi-lo, escutá-lo, a fim de que ele se revele no discurso e na ação, no contexto em que vive sua vida.
- 2º As pesquisas partem do reconhecimento da importância de se conhecer a experiência social do sujeito, como ele constrói e vive a sua vida, envolvendo sentimentos, valores, crenças, costumes e práticas sociais cotidianas.
- 3º Reconhecimento que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social, pois esta expressa sua cultura, sendo a realidade do sujeito reconhecida através dos significados que ele atribui.

A quantidade de sujeitos estabelecida para a pesquisa pode ser justificada, conforme Martinelli (1999, p.23), pois “[...] não se trata, portanto, de uma pesquisa com um grande número de sujeitos, pois é preciso aprofundar o conhecimento em relação àquele sujeito com o qual estamos dialogando”.

É necessário que tenhamos o entendimento de que a pesquisa qualitativa precisa trabalhar com a concepção do sujeito coletivo. Conforme Martinelli (idem, p.24), a pessoa que participa do processo de pesquisa possui uma referência grupal, ou seja, ela expressa o conjunto de vivências de seu grupo. Nesse sentido, ela afirma que

não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa. A riqueza que isso traz para o pesquisador é muito

importante, permitindo-lhe aprofundar efetivamente, na relação sujeito-sujeito, o seu objeto de análise.

Diante dessa realidade, buscamos a pesquisa quantitativa, que ofereceu condições para adentrar na pesquisa qualitativa, e acreditamos que, significativamente, os sujeitos escolhidos tiveram o papel de sujeitos coletivos, representando o grupo de usuárias solicitantes da separação conjugal na Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social da Unesp.

Por questões éticas, manteremos o sigilo em relação aos nomes dos entrevistados, e optamos por utilizar nomes de flores para as mulheres-sujeitos de nossa pesquisa, justamente pela superação dos momentos que passaram durante o casamento, o processo de separação e a situação atual. Pensamos em flores pelo fato de terem o período certo para florescerem e desabrocharem. É esta é a maneira pela qual gostaria de expressar como os sujeitos da pesquisa “desabrocharam” nas trajetórias de suas vidas.

Os sujeitos da pesquisa são os seguintes:

Tabela 7 – Sujeitos da pesquisa

Nome	Idade	Profissão	Tempo de união	Tempo de separação	Número de filhos	Idades dos filhos
Azaleia	45	Doméstica	23	3	3	19, 24, 25
Violeta	38	Pespontadeira	10	2	2	6, 10
Jasmim	44	Cabeleireira	19	4	2	18, 21

Fonte: Investigação da pesquisadora – 2007

No que se refere aos motivos da solicitação da separação, temos:

Tabela 8 – Motivos de separação dos sujeitos da pesquisa

Sujeito	Motivos da separação
Azaleia	Traição, regularização da situação
Violeta	Alcoolismo, agressão verbal, agressão física
Jasmin	Alcoolismo, situação social, conflitos conjugais

Fonte: Investigação da pesquisadora – 2007



Nas ocasiões das entrevistas, entregamos a cada um dos sujeitos um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C) que continha informações sobre a pesquisa realizada, orientações a respeito dos procedimentos da entrevista, além de constar o consentimento para a gravação das entrevistas e a liberdade para que esta fosse interrompida quando necessário. Esse termo foi assinado pela pesquisadora e pelos sujeitos da pesquisa.

O instrumento de coleta de dados da pesquisa qualitativa escolhido foi a entrevista. Segundo Dalbério (2006, p.81),

No processo de entrevista, aparecem informações não contempladas e nem previstas nos objetivos da pesquisa, mas que ao aparecerem tornam-se importantes. Nesse caso, o formulário assume, na entrevista, características de **semiabertas**. Isto é, o entrevistador preparado aciona mecanismos investigativos para obter informações complementares importantes à sua pesquisa. Dessa maneira, insere em seu formulário, durante a entrevista, dados novos devidamente registrados para análise e discussão na pesquisa.

Como o autor sabiamente colocou, o roteiro de entrevista aberto permite que o pesquisador estabeleça metas para que possa colher os dados que deseja saber durante o processo de entrevista.

Para a realização das entrevistas, foi utilizado um roteiro com questões semiestruturadas, elaborado pela pesquisadora (Apêndice D). Conforme autorização dos sujeitos, as entrevistas foram gravadas, fato que facilitou o processo de sua transcrição e a aproximação com a própria narrativa dos entrevistados, na garantia da autenticidade das narrações.

Os critérios éticos foram rigidamente utilizados, pois tratava-se de sujeitos que estavam falando sobre suas vidas privadas, sobre suas intimidades e relações familiares. Houve uma preocupação com o anonimato dos sujeitos da pesquisa, para não expor a vida dos mesmos.

Primeiramente, houve a aplicação de pré-teste, que necessitou da reformulação em uma questão para, precisamente, atingirmos os objetivos propostos com a entrevista.

Dessa forma, Bordieu apud Minayo (2004, p.110) afirma que cada sujeito possui sua particularidade, porém, todos são significativos, independentemente das questões particulares que os envolvem. A importância está na construção das objetivações a partir das experiências de vida.

Transcendendo o caráter quantitativo e estatístico, esse estudo buscou a exploração de forma global do universo de pesquisa, tratando a realidade cotidiana e buscando a aproximação com os sujeitos da pesquisa.

Baseando-se no referencial teórico, para obter uma visão total do conteúdo estudado, foi possível tecer a investigação sobre o universo estudado e sua relação com o objeto de estudo. Certamente, fator decisivo nesse processo foi a proximidade da pesquisadora com o tema proposto, com o universo pesquisado.

Posteriormente, após a obtenção do material qualitativo produzido por processo de investigações, tornou-se necessária a classificação do conteúdo em categorias apropriadas para descrevê-lo ordenadamente, chegando no processo denominado *análise de conteúdo*.

## **Desvendando a realidade**

Para proceder a interpretação dos dados colhidos, optou-se pela técnica de análise do conteúdo. Essa é uma dentre as diferentes formas de interpretação do conteúdo das observações sociais dos objetos de estudos, em que o contexto e a questão histórica são elementos significativos.

Optou-se por esse método pelo fato de que ele se caracteriza como técnica viabilizadora de um conhecimento crítico-dialético e também pelo fato de que essa técnica permite a transposição, por meio de mediações, do imediato, para considerar o real que será desvendado (Setúbal, 1999).

Segundo Setúbal (idem, p.73),

A análise de conteúdo entendida como técnica de compreensão, interpretação e explicação das formas de comunicação (escrita, oral ou icônica) tem como objetivos:

- Ultrapassar as evidências imediatas, à medida que busca a certeza da fidedignidade das mensagens socializadas e a validade de sua generalidade;
- Aprofundar, por meio de leituras sistemáticas e sistematizadas, a percepção, a pertinência e a estrutura das mensagens.

Dessa forma, não restringindo a análise de conteúdo a determinada área do saber, mas permitindo a expansão de sua utilização a todos os campos das Ciências Humanas. Essa flexibilidade permite uma análise privilegiada para o investigador.

Para analisar as situações das famílias pesquisadas, foi preciso elencar os eixos categoriais para análise, que foram:

1. Processo de separação conjugal
2. Organização da família após a separação conjugal
3. Configuração familiar atual
4. Expectativas

Buscaremos nas próprias falas dos sujeitos as apreensões das realidades apresentadas, assim como os fundamentos que permeiam essas realidades. As problemáticas vivenciadas pelos sujeitos podem ser verificadas em suas próprias falas. As interferências da pesquisadora nos depoimentos são colocadas em **negrito**, pois, para poder entender a totalidade das respostas, foi preciso fazer alguns questionamentos que não estavam no roteiro de entrevista.

### **Processo de separação conjugal**

Esse eixo categórico representa a fase pela qual os sujeitos passaram as experiências da separação conjugal. É importante verificar que foram relatados os motivos da separação, assim como os desafios enfrentados durante a fase da separação.

Apresentada como a fase que antecede ao fim da união, esta, como pudemos verificar no item “Conflitos e Separações Conjugais”, no 1º capítulo dessa pesquisa, é permeada pelas contradições existentes nessa fase de mudanças.

Como pudemos verificar, essas mudanças vão desde a transformação da configuração familiar, até a mudança de endereço, de situação social e de papéis na família.

O que podemos perceber, na atualidade, por influência da globalização, é que a convivência familiar, que deveria ser permeada pelo afeto e pelo cuidado mútuo, perdeu espaço na vida cotidiana. Há a busca pela individualidade e para consegui-la as pessoas pagam preço alto: o da discórdia entre os membros da família.

A relação familiar é influenciada por vários aspectos exteriores, assim como as pessoas que vivem essa relação podem ser transformadas no próprio interior da família. Essas transformações podem ter uma característica positiva, quanto podem ter características negativas. Nesse sentido, podemos perceber que após a união, com o passar dos anos, muitas relações conjugais vão se desgastando e se transformando, o que pode ocasionar conflitos nas relações.

As trajetórias dos homens e mulheres podem influenciar na maneira que a união será conduzida, levando à impossibilidade de continuidade do relacionamento.

As dificuldades de relacionamento entre os cônjuges e a incapacidade de estabelecer um vínculo com harmonia podem gerar diversos tipos de transtorno nas relações conjugais e familiares, inclusive a separação conjugal.

São várias as experiências que as pessoas que vivenciam a separação conjugal possuem. Podemos destacar os depoimentos dos sujeitos dessa pesquisa:

A gente brigava demais, desde o começo, aí um dia eu cansei. Pedia pra ele parar de beber, parar de brigar e ele não parou. Aí ele pegou uma faca, nós brigamos feio, aí ele foi embora, e eu procurei a justiça. (Violeta)

Diante dessa colocação, podemos verificar que a mulher já estava vivenciando essa situação de agressões há dez anos, mas foi quando a ameaça passou a estar muito próxima de se tornar realidade que ela decidiu colocar fim naquela situação. Talvez pelo fato de se tornar vítima da violência doméstica, houve impulso para que ela tomasse a decisão pela separação. É importante observar as questões referentes ao relacionamento entre o homem e a mulher, pois, segundo Sarti (2000, p.46),

Num projeto igualitário de relacionamento entre o homem e a mulher, a questão decisiva é, portanto, a da autonomia que envolve tanto o sentido de si como o sentido do outro, ou seja, a definição dos limites pessoais e a atenção às necessidades do outro.

Nessa perspectiva não se percebe um projeto igualitário de relacionamentos, o sujeito da pesquisa afirma ter vivenciado um processo de discórdias na vida conjugal, chegando às ameaças e agressões verbais.

Pode-se observar que o alcoolismo é fator marcante, ela afirma que solicitava para que o cônjuge parasse de ingerir bebidas alcoólicas, que, provavelmente era o motivo maior das brigas conjugais.

Verificamos, pela fala do sujeito, que houve mais de uma agressão verbal, mas o ponto de partida para a solicitação da separação conjugal foi quando ela se sentiu ameaçada em uma discussão. Talvez tenha havido a permanência dela nessa situação por medo de mudanças, arrastando a união infeliz, com várias insatisfações.

A mudança na união tem de partir das duas partes, pois é entre duas pessoas. Não adianta somente um tentar mudar a situação, como o sujeito da pesquisa relatou, mas essa mudança tem de ser do casal.

Pode-se verificar que existem diversas maneiras de relações de poder que são expressas no cotidiano familiar, como Romanelli (2000, p.83) bem coloca:

De qualquer modo, no jogo das relações de força entre os cônjuges, a autoridade da esposa, ainda, permanece subordinada aos

comandos do marido. Mesmo a expressão do poder da esposa tende a manifestar-se à sombra das imposições do parceiro, já que nem sempre os conflitos entre eles ou com o filhos são enfrentados abertamente pela esposa. O temor, por parte da esposa, da reação do marido diante de eventuais desafios à sua autoridade, aliado ao receio e romper a coesão da família, contribuem poderosamente para manter grande parte das tensões e conflitos encobertos, o que acaba realimentando os focos de dissensões na vida doméstica.

O processo de refletir sobre a insatisfação conjugal, decidir separar e concretizar a separação em si pode demorar muito tempo, vários anos. Para as pessoas que decidiram separar, existem as leis que regulamentam a separação conjugal. Percebemos que o último recurso na separação conjugal é a justiça. Realmente, essa é a última fase de um processo de conflitos conjugais.

Vejamos esse outro sujeito:

Eu procurei, porque a gente já tinha separado. O problema foi traição dele. Aí veio a separação, e eu fui lá porque ele não queria entrar com a separação, fui eu que entrei; do jeito que tava não dava mais, quem quer viver com uma pessoa só te traindo? Ele evitou muito de pedir, mas depois ele concordou, porque ele já tava até morando com a outra mulher dele. Então até ela falou, ele tem que seguir em frente, porque não dá pra ficar desse jeito. Então foi isso que aconteceu. (Azaleia)

Outro motivo de separação que aparece citado é a traição. Enquanto cônjuge, a dor de ser traída ou traído é, geralmente, insuportável. Nessa realidade, o esposo até já havia estabelecido união estável com outra pessoa, faltava só formalizar a separação. Ele, porém, não queria entrar com o processo de separação, fato este que foi motivo de prorrogação da separação.

Percebe-se que o vínculo é essencial ao desenvolvimento humano (Vicente, 2002). Esse pode ser um dos motivos pelos quais havia tanta dificuldade no rompimento dessa união, fator que influenciava

na decisão de não separar. O medo do sofrimento, da dor, do vazio, pode levar ao bloqueio na decisão de separar-se do cônjuge.

Mesmo perdendo a conjugalidade, vivendo em união por aparência, sujeitando-se a determinadas condições para conviver com o outro, ainda há o adiamento da separação.

Essa questão do adiamento da separação pode ser verificada também neste outro depoimento:

Ah, eu me preparei há muitos anos para essa separação, então pra mim foi fácil. E pros meninos também não foi difícil, porque eles já não estavam aguentando o pai mais. Então foi na hora certa e no momento certo. Ah, o motivo foi jogo, bebida, ele não participava da família. (Jasmim)

A preparação para a separação que essa mulher, sujeito de nossa pesquisa, enfrentou, pode ter sido em vários níveis, tais como: econômico, social, de relações com os filhos e do próprio emocional para essa transição.

As relações na família podem sofrer influências da maneira que cada membro as vivenciou durante seu caminhar. Por meio da convivência diária é que um se mostra ao outro, transparecendo tudo aquilo que ele é, ou seja, toda a sua história, cultura e projetos. Cada família, porém, irá vivenciar essas situações de determinada maneira, conforme cada realidade, influenciando tanto nas relações intrafamiliares, quanto nas relações sociais.

A expressão do sujeito, relatando que o esposo não participava da família, pode exprimir a questão da convivência familiar individualizada, em que os membros estão sob o mesmo teto, mas cada um vivencia sua própria realidade, não sobrando espaço para a realidade familiar, em um aspecto coletivo.

Diante dessa situação, pode ser que a questão da facilidade da separação não se deu somente em decorrência de um planejamento que estava sendo elaborado pela esposa, mas também pelo fato de já não existir a convivência familiar no sentido pleno da palavra. Observamos também que essa fase foi bem enfrentada pelos filhos,

esses não aguentavam mais essa situação de ausência do convívio familiar.

Existem muitos casais que vivem separados e dissolvidos dentro do próprio lar, como é o caso expresso na fala desse sujeito da pesquisa. Percebemos que havia um nível sonhado e planejado para essa separação, até sua concretização.

O impacto que cada membro da família pode causar sobre o outro é significativo, tanto no aspecto positivo quanto negativo. Existe, todavia, a necessidade de compreender que a relação a dois não pode significar perda de identidade, mas a busca do cultivo da individualidade e da unidade, mesmo dentro das diversidades que constituem o casal.

No cotidiano da família, a convivência cotidiana pode ser desafiadora, complexa e trazer grandes aprendizados, especialmente, no convívio com as diferenças. Porém, na relação conjugal desgastada, fica, contudo, complicado pensar que o outro pode ser diferente, mas que, nem sempre, está equivocado. É difícil compreender os motivos pelos quais ele age de determinada maneira, especialmente quando essa maneira não é aquela pela qual o outro cônjuge esperava.

Anton (2000) quando afirma que amor pressupõe conhecimento dos valores da pessoa amada, buscando a admiração e o respeito, demonstra que a desarmonia é consequência da falta dessas características, ou seja, da falta de amor.

Quando a relação passa a estar em uma situação de desrespeito com o outro, podemos afirmar que não há amor nessa situação. Nesse sentido, as relações conflituosas, que chegam à dissolução da união, são relações desgastadas pela diversidade de fatores que influenciam no cotidiano das famílias e são carentes de amor.

### **Organização da família após a separação conjugal**

Desde o início dessa pesquisa, tínhamos a pretensão de saber como a família se estabeleceu após a separação conjugal, as superações vivenciadas, os desafios enfrentados e a configuração das famílias que solicitaram a separação.



Podemos refletir sobre a família na sociedade, sendo que ela vivencia a emancipação, especialmente por meio da instituição dos novos padrões de comportamento, que, certamente, sofrem influências das profundas mudanças ocorridas na realidade social.

É preciso compreender a família inserida nessa realidade e buscar o significado dessas mudanças no interior dela mesma, por um olhar crítico, tanto para sua realidade interior quanto para a realidade exterior que tanto a influencia.

As reflexões acerca da realidade atual das famílias, após a separação conjugal podem nos trazer diversidades de situações, ainda que os sujeitos tenham características comuns, ou seja, sejam separados.

Cada família vivencia as transformações segundo sua realidade, pois as mudanças ocorridas são vivenciadas conforme o ritmo de cada membro, suas relações interiores, seu mundo exterior, sua cultura, religião, inserção na sociedade.

Certamente, ela possui uma maneira de organizar-se após o estabelecimento da separação. Esse significado e a intensidade dessas mudanças é que nos propusemos a compreender. Dessa maneira, os sujeitos da pesquisa revelaram o seguinte:

Na época ele (o pai) não deu apoio. Eu pedi para ele me dar apoio, mas ele foi lá em casa e me xingou, ele nunca mais deu apoio para os meninos, aliás, hoje já estão todos moços, mas aí, a gente tendo fé em Deus, a gente vai seguindo, e eu também empreguei. Aí eu vim mantendo, cuidando. (Azaleia)

A fala expressa pela Azaleia demonstra que o fato de estar separada e os filhos permanecerem com ela, trouxe toda a responsabilidade com relação aos cuidados dos filhos. Sem o apoio do ex-marido, ela conseguiu um emprego, fato que enfatizou em sua fala, pois, assim, foi possível manter-se, juntamente com seus filhos.

Provavelmente, esse apoio que o sujeito traz em sua fala diz respeito tanto ao fator financeiro quanto ao apoio na educação e nos cuidados com os filhos. Algumas pessoas pensam que a separação do cônjuge é a separação da família. Essa, porém, é uma visão

muito pequena sobre a concepção de família, que pode acarretar no distanciamento da realidade dos filhos, amigos e parentes, gerando consequências tanto para quem está longe dos filhos, como é o caso do ex-esposo do sujeito, quanto para sua família – filhos, parentes.

A adaptação à nova etapa da vida, com todas as mudanças que esse processo envolve, é um desafio. Por um lado, existem pessoas que ficam arruinadas com sentimentos negativos e não conseguem superar essa etapa da vida, mas, por outro lado, existem algumas pessoas, como, por exemplo, esse sujeito, que luta por uma vida realizada e feliz, com alternativas concretas para que essas mudanças tenham significado positivo.

A busca pelo trabalho, no exemplo de Azaleia, trouxe à tona toda a questão relacionada a essa categoria de estudos, pois é por ele e por meio dele que o sujeito conseguiu ter forças – tanto financeiras, quanto emocionais para superar-se. Ao conquistar sua inserção no mercado de trabalho, conquista sua independência.

Outro fator interessante a ser percebido é a questão dos filhos, do cuidado com os filhos. A mulher, nessa situação específica acumulou as funções de mãe – cuidadora e educadora – e de provedora do lar, enquanto buscava seu trabalho remunerado.

Na fala do sujeito, podemos verificar as diferenças existentes entre o universo feminino e o masculino, que vão muito além das diferenças biológicas, pois são construídas socialmente, e, mesmo com todas as evoluções da sociedade, a mulher ainda carrega em si as funções maternas dentro da família e são preparadas para educar e cuidar dos filhos.

Essa relação entre mãe e filhos é construída no próprio ambiente familiar e constitui-se de uma maneira ímpar, sendo impossível descrevê-la ou conceituá-la simplesmente.

Posteriormente, Azaleia faz outra colocação importante:

Teve uma época que tava muito difícil, porque, você veja: atualmente moça e rapaz dá muito trabalho, mas o apoio de pai, depois que nós separamos ele não deu não. Nunca mais procurou eles, assim, para dar aquele conselho, não, de jeito nenhum, sempre ele

pensou: separou, acabou. Ex-mulher, eu falo pra ele que existe, né, mas ex-filho não. Eu jamais abandonei meus filhos. Agora ele, nessa parte aí, ele abandonou. Até o menino meu do meio, teve uma época que ele teve envolvido com droga, e ele (o pai) nunca procurou me ajudar. Eu que sempre me virei, mas graças a Deus eu consegui trazer ele (o filho) de volta. E agora hoje esse rapaz já não mexe com isso mais, o casado já tem a minha neta que tá com 6 anos, que é uma gracinha de menina. Minha filha mais nova já tá com 19 anos, que tem o menino que já tá com 1 aninho. Consegui cuidar dela até o menino com 1 ano, eu que cuidei, enxoval, tudo foi eu que fiz. Mas eu nunca abandonei eles (os filhos). (Azaleia)

Como expressão do imenso carinho que essa mãe demonstra pelos filhos, enfatizando-o a todo tempo, ela pôde superar a fase posterior à separação, em uma demonstração de força de vontade e de dedicação. Ela deixa claro o fato de o pai ter abandonado os filhos tanto no aspecto material, quanto no aspecto da presença paterna, e afirma: “eu nunca abandonei eles”.

Segundo Bueno (2004), a figura feminina está sendo continuamente instigada a se fazer, refazer, a construir uma identidade própria, transpondo aquilo que lhe foi imposto como regra, como condição natural de sua natureza feminina.

Nesse sentido, entendemos que o processo pelo qual o sujeito da pesquisa passa não é somente uma prerrogativa natural, mas foi socialmente construído, em consequência dos acontecimentos da vida.

Quando conheci ele (o companheiro), a gente veio morar junto depois que eu separei, eu não juntei com ele antes, por consideração aos meus filhos. Não por consideração ao meu ex-marido, pois depois que ele fez o que fez comigo, não merece tanta coisa. Eu fiz por consideração aos meus filhos. Quando o meu filho ficou sabendo que o pai dele tava com uma mulher e não dava bola pra eles de jeito nenhum, ele ficou revoltado e começou a beber e usar essa porcaria. Eu dava muito conselho pra ele. (Azaleia)

Azaleia deixa demonstrar em sua fala que a traição trouxe algumas consequências para a vida de seus filhos, e que não quis morar com seu companheiro atual antes de sair o resultado da separação conjugal, pois considerava que isso também era uma traição.

Fica nítido o respeito para com os filhos e sua constante preocupação com eles e com o que eles pensariam sobre a nova união. Nesse caso específico, a mãe enfrentou a inserção de seu filho no cotidiano do uso de entorpecentes. Teve um grande desafio, além das transformações específicas que a separação traz para a vida em família, quando ela afirma que um de seus filhos ficou revoltado quando soube da traição do pai e que, a partir dessa época, começou a fazer uso de entorpecentes e de bebida alcoólica.

A família sofre as influências das mudanças ocorridas na sociedade atual em sua configuração, em seus papéis e nas relações que estabelecem na própria sociedade. Alguns dos agravantes desses novos tempos são: a drogadição e o consumo excessivo de álcool, que podem ocorrer, muitas vezes, em decorrência das experiências vivenciadas durante as histórias de vidas de seus membros. Essa manifestação da questão social no cotidiano das famílias pode afetar a relação entre seus membros, contribuindo para o aumento das controvérsias familiares.

Apesar da busca constante dos pais para que os filhos não adentrem nesse mundo, por intermédio da educação de maneira diversificada, estes nem sempre obtêm resultados positivos. Esse desafio é um impasse que a família, ao enfrentá-lo, necessita do apoio de diversos locais, que vão desde as políticas públicas específicas, até o apoio de familiares, amigos, vizinhos.

Compreender essas ocorrências na sociedade é necessário, pois as diversas maneiras de configurações familiares na sociedade podem estabelecer as maneiras de se viver em sociedade e de construir das identidades sociais.

Se, por um lado, a família na década de 1960 era vista como contrária à organização popular e aos movimentos sociais, por outro lado, essa família, em nossa sociedade, continua sendo espaço para a formação e construção de identidades no mundo em transformação.

Percebe-se, por expressões que o sujeito Azaleia traz em seu depoimento, que o momento posterior à separação não foi fácil, pois ela e sua família vieram a enfrentar diversos obstáculos. Atualmente, está com nova família, seus filhos já não residem com ela e possui um companheiro, que, segundo ela, a auxiliou nesse processo.

Fica claro que existe a mágoa presente com relação ao ex-marido, quando relata que não foi morar com o companheiro antes da finalização do processo de separação em consideração aos filhos e não ao ex-marido, pois este não a havia respeitado.

Quando ocorre a separação, inicialmente, os cônjuges tendem a experimentar um novo processo em suas vidas – o da nova opção familiar que irão construir. Independentemente da maneira pela qual a família se organizou, se constituiu, o sujeito possui um papel de socialização importante e primordial na vida das pessoas. É preciso entendê-lo enquanto espaço de construção conjunta entre seus membros; construção esta que forma sujeitos históricos dentro da sociedade.

Outro sujeito da pesquisa deixa claro que a fase posterior à separação foi difícil:

Ah, no começo, foi muito difícil, principalmente financeiramente, porque ele me ajudava muito, né. Os meninos ainda eram pequenos e não aceitavam muito. Mas, a minha mãe, meus irmãos me ajudaram demais. Graças a Deus eu, assim, a gente viveu, empurrando, mas viveu. (Violeta)

Pode-se verificar que o aspecto financeiro é fator presente nos desafios da fase pós-separação, pois a família perde uma das rendas ao separar-se. Outro fator presente e de extrema importância é a maneira pela qual os filhos vivenciam a separação dos pais. É necessário o apoio de pessoas próximas para a superação desse momento de transformações no cotidiano da família.

Essa fase da passagem para o desconhecido, que é o momento posterior ao processo de separação, pode trazer alguns sentimentos e sensações que vão além do controle individual, pois trazem em seu

bojo questões culturais. A própria concepção que a sociedade possui de pessoas separadas é carregada de conceitos preestabelecidos, sendo estes, em sua maioria, discriminatórios e acusatórios.

Muitas vezes, os filhos possuem o desejo de que os pais voltem a viver juntos, e esse desejo embutido talvez seja a vontade de vê-los constantemente. Se para o casal, que vivenciava uma relação a dois, marcada pelas discussões e discórdias, é difícil esse distanciamento, para os filhos, o distanciamento pode não ser entendido, pois eles já estavam acostumados a ter o pai e a mãe próximos.

A mulher, como demonstra o sujeito Violeta, pode enfrentar essa situação com maiores desafios, principalmente quando o marido era o chefe de família, ou seja, o responsável pela subsistência familiar. Neste caso, podemos verificar que, além do apoio da família, ela buscou em seu trabalho o meio da subsistência familiar e conseguiu superar essa situação de dependência.

Percebe-se que, se por um lado, existem as diversificadas maneiras de configurações familiares, por outro lado, estas não são totalmente aceitas na sociedade. Existe embate entre o que é vivenciado pelas famílias e o que é idealizado pela sociedade, o que ainda traz o modelo familiar nuclear como a família perfeita, desconsiderando as demais configurações familiares existentes.

É certo que os desafios após a separação são constantes. A família já estava acostumada com o modelo familiar anterior, com a rotina anterior, com os papéis que cada membro possuía dentro da organização familiar.

As famílias com as quais o Serviço Social atua, de modo geral, são famílias que vivem à margem da sociedade, ou seja, que não possuem meios de prover sua subsistência sem a proteção social de políticas específicas para sua realidade.

Neste sentido, podemos verificar que as famílias que procuram o serviço de assistência sociojurídica não possuem condições de arcar com as despesas de um processo judicial sem prejuízo de seu próprio sustento. Especificamente, essas famílias possuem rendimentos insuficientes para suas despesas mensais, para suprir as necessidades básicas familiares. Posteriormente à separação, essas

famílias enfrentam o desafio da sobrevivência em meio às mudanças socioeconômicas que vivenciam. Cada família passa por essa fase de uma maneira, e o que consideramos importante verificar é que, ao se tratar de famílias com dificuldades econômicas, essa realidade pode ser mais desafiadora.

A fala desse outro sujeito demonstra como vivenciou essa fase:

Então, nós nos preparamos para isso, foi bem conversado. Os dois, como eram adolescentes, já começaram a trabalhar, sendo que um já trabalhava antes, todos os três trabalhando, e aí deu tudo certo. Eu também já trabalhava. Os filhos ficaram comigo. (Jasmim).

Diante dessa afirmação, é possível perceber como essa família esteve preparando por muito tempo a fase da separação, inclusive planejando o que fariam posteriormente. Percebe-se que o trabalho foi a maneira pela qual todos – mãe e filhos – buscaram a superação da fase pós-separação.

A preparação que Jasmim traz em sua fala, diz respeito não somente ao fator emocional, mas também ao fator financeiro, uma vez que o esposo era o principal provedor do lar. Foram buscando maneiras de suprir as próprias despesas, sem a dependência econômica exclusiva do esposo, e, deste modo, encontraram um meio de buscar a autonomia necessária para a fase posterior ao processo de separação.

A conquista dessa autonomia financeira para esse sujeito teve significado ímpar no processo de organização da família após a separação. O processo de transição, em nossa vida, pode ser marcado por fatores diversificados e trazem a revisão de valores e metas que possuímos, levando-nos a descobrir novas formas de melhorias de vidas.

É importante verificar, com relação às maneiras de organização da família, que estas dependem, em sua maioria, das circunstâncias da vida e não são uma opção de vida.

Refletir sobre a maneira pela qual os filhos vivenciam esse processo é importante, especialmente se levarmos em consideração a idade dos filhos e as diferentes formas que estes o vivenciam, conforme a fase de suas vidas. Geralmente, na infância, os filhos tendem a sentir

mais falta dos pais, pois não compreendem o processo que os pais vivenciaram para chegar à separação.

Quando esses filhos passam por esse processo na adolescência ou na entrada para a fase adulta, eles já entendem alguns dos desentendimentos que existiam e podem fazer a leitura da realidade, respaldados pelos fatos que vivenciaram durante a vida – as discussões e as agressões dos cônjuges, as ameaças, o alcoolismo e a drogadição – e que puderam verificar durante o processo de vida conjugal e familiar de seus pais. Nesse sentido, alguns filhos compreendem que o melhor para aquela situação foi a separação.

Ao entrar na fase adulta, os filhos podem passar de dependentes para contribuintes em uma família, e esse fator traz diferença socioeconômica para a vida da família, pois pode contar com mais uma fonte de renda, que, anteriormente, não existia.

O sujeito da pesquisa Jasmim vivenciou essa realidade e talvez seja por esse motivo que percebeu que não foi difícil enfrentar esse desafio da organização da família após a separação conjugal.

Esses fatos demonstram que existem maneiras diferentes de enfrentamento dos desafios cotidianos, mas o importante é compreender que todas as pessoas que passam pelo processo de separação vivenciam esses desafios, embora cada um expresse de maneira diferente.

### **Configuração familiar atual**

Fator importante para verificarmos é a configuração familiar após a separação conjugal. Desde o início da pesquisa, pretendíamos saber qual a atual configuração familiar dos sujeitos e suas implicações na realidade das famílias.

Pudemos perceber que, ao longo do caminhar, a família teve processos de transformações e atualmente configura-se de diversificadas maneiras. Tanto em sua configuração como nos papéis que se estabelecem em seu interior, podemos verificar tais mudanças.

Apesar dos diversificados e inovados arranjos familiares e as novas formas de ser família dentro da sociedade, percebemos que



ainda permanece a forma de organização nuclear da família, e há uma predominância do casamento monogâmico.

É correto afirmar que as transformações sociais construídas ao longo da metade do século XX e reconstruídas no início do século XXI redefiniram os laços familiares. A aceleração do capitalismo e a afirmação da individualidade podem revelar o sentido de tais mudanças, com implicações nas relações familiares.

As transformações radicais na composição familiar, nas relações de parentesco e na representação dessas relações nas famílias, podem ser vistas por toda a sociedade. As mudanças podem ocasionar impactos na construção da identidade no interior das famílias, identidade essa que irá rebater nas relações sociais ampliadas e não somente no seio familiar.

É nesse contexto que encontramos a nova família, caracterizada por suas diferentes formas de organização, relação e no cotidiano marcado pela busca do novo.

Os arranjos diversificados podem se definir em combinações diferenciadas, tanto nas maneiras de composição familiar como nas formas de relacionamentos estabelecidas.

Essas novas estruturas estabelecidas colocam os profissionais que atuam com famílias e a própria sociedade em busca de denominações que sintetizem as mudanças ocorridas. Esse fato pode ser considerado ponto de partida para o debate aprofundado sobre as questões referentes aos papéis sociais que cada composição familiar possui, pois, a partir de tal legalização, houve diferentes configurações familiares estabelecidas.

Após o divórcio, a lei permite que novos casamentos sejam efetuados, e novos divórcios, e assim sucessivamente, ocasionando mudanças profundas no âmbito familiar.

Muitas são as denominações que passaram a fazer parte do vocabulário de profissionais que possuem proximidade com o trabalho com famílias, como família reconstituída, família reestruturada, família reorganizada, nova família. Não existe, porém, um conceito novo de família, pois este pode ser refeito, e a família pode ter uma possibilidade de novas configurações, por isso há a dificuldade dos

autores de conceituar e denominar essas modernas configurações familiares.

Ocorre que, a partir dessas transformações, outras foram ocorrendo, a família não é e nem ficou estática, pois as configurações familiares diversificadas são presença marcante nas expressões das famílias que se encontram em nossa sociedade.

Conforme sua organização é que a própria família se estabelece, se define, definindo os papéis dos membros e suas relações interiores.

Para analisar a maneira pela qual as pessoas concebem a família, é preciso considerar o sentido e a ideologia que as levaram a escolher determinada configuração familiar, assim como a maneira que as relações se estabelecem dentro desse modelo familiar, pois mesmo dentro de determinados modelos específicos, cada família vivencia o modelo de determinada forma.

Podemos verificar que dois sujeitos de nossa pesquisa se configuram como família monoparental e um como família reconstituída – casal sem filhos:

- Azaleia estabeleceu uma nova união, mas seus filhos já não residem com ela, então se configura como uma família de casal sem filhos.
- Violeta não constituiu outra união, e reside com seus filhos, formando uma família monoparental feminina.
- Jasmim, embora esteja namorando, não estabeleceu união estável, e reside com dois filhos, o que significa que se constitui em uma família monoparental feminina.

Independentemente da maneira pela qual essas famílias se configuram atualmente, é importante verificar que elas conseguiram se organizar superando os desafios que foram tendo após a separação.

Fica evidente o quanto o trabalho é centralidade na sociedade, pois as três famílias, sujeitos da pesquisa, buscaram a superação dos desafios postos pela própria realidade por meio do trabalho e do próprio convívio familiar.

Outro fator importante é que as famílias vivenciaram a experiência do relacionamento sob pressão, de cerceamento da liberdade, e,

após a separação, deixam expressar o alívio, por meio de uma nova maneira de viver, longe da rigidez que o relacionamento desgastado produz.

Há uma diferença significativa entre os sujeitos que se constituíram como família monoparental feminina. Essa família é constituída pela presença da mulher e dos demais membros da família. Nesses dois casos específicos, são famílias constituídas pela mulher com filhos.

Ainda existem, porém, em nossa sociedade, questionamentos a respeito da capacidade da mulher de gerir sua família, pois não é socialmente aceita para essa função. Ao homem é dado o crédito em suas ações, especialmente as que dizem respeito à capacidade de administrar com maior independência, havendo críticas quanto às reais condições que as famílias monoparentais femininas possuem quanto à proteção e aos cuidados necessários para com seus membros.

Não podemos, no entanto, deixar de registrar que esse pensamento está sendo redefinido, pois na atualidade é grande o número de famílias chefiadas por mulheres, onde esta possui um papel fundamental e central na economia doméstica.

A monoparentalidade pode ser apenas um modelo em transição, como na pesquisa que realizamos. Não sabemos ao certo se futuramente essas famílias ainda estarão constituídas no modelo monoparental feminino, pois talvez constituam um novo modelo familiar, ou ainda, seus filhos podem casar, sair de casa e elas podem ficar sozinhas, constituindo o modelo familiar unipessoal.

Logo após a separação, o vazio que ficou com o término da relação conjugal pode ser preenchido pela presença dos filhos, os cuidados com eles, os cuidados consigo mesma e as novas relações que podem vir a estabelecer-se nesse processo.

Relativamente ao sujeito Azaleia, podemos verificar que buscou preencher sua vida com uma nova relação, sendo que seus filhos já não residem com ela. Nesse sentido, a nova união pode significar o início de uma nova vida, com novos sonhos e, especialmente nessa situação, essa união pode ser considerada uma nova chance para a vida conjugal, que tinha sido apagada com a separação.

Independentemente da maneira que a família se constituiu após a separação conjugal, é importante verificarmos que se trata de uma família que vivencia as relações sociais internas, sendo diretamente afetada pelas transformações da sociedade. Partindo da perspectiva de análise de totalidade, podemos afirmar que a estrutura familiar está intimamente ligada à conjuntura social.

A família mudou, as famílias mudaram, e é necessário que reflitamos sobre essas transformações que estão ocorrendo, pois são partes de nossa história, de nossa sociedade.

É preciso compreender a importância da relação no interior da família, ou seja, em seu próprio cotidiano.

Heller (2004) afirma que a vida cotidiana é marcada pela heterogeneidade e pela hierarquia, por meio das diversas atividades realizadas como, por exemplo, a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres, o descanso, a atividade social sistematizada e as relações sociais. Dentre as atividades que realizamos, existem aquelas que possuem mais destaque, que são nossas atividades prioritárias.

A família é caracterizada como um grupo que permite a construção da identidade dos indivíduos sociais. Heller (2004) traz reflexão acerca da importância dos pequenos grupos para o amadurecimento do homem inserido na cotidianidade.

Não importa qual o modelo de família que os sujeitos constituíram, o que realmente precisamos compreender refere-se às apreensões que cada membro da família tiveram a partir das experiências que foram vivenciadas, e compreender qual o papel que a família exerce na sociedade.

## **Expectativas**

Para não ficar somente no momento atual, mas conhecer as perspectivas de vida que os sujeitos possuem, pensamos em verificar com eles quais seriam as expectativas com relação ao futuro, a um novo relacionamento e as possibilidades de nova união.

As contradições do passado nem sempre podem destruir as esperanças para o futuro, que pode ser diferente de tudo aquilo que a

família vivenciou anteriormente. Ao pensar em planejamento, um sonho para o futuro, é preciso, acima de tudo, ser realista, pois é nesta realidade que a família está sendo construída.

É preciso saber conciliar os dissabores que a vida proporcionou com o processo de separação com as possibilidades que o futuro pode trazer para as pessoas. Não podemos esquecer o quanto é importante a presença dos amigos, das pessoas que são mais próximas de nossa família, de um sentimento de ânimo para com a nova fase da vida que está por vir.

Sabemos que o futuro é construído por nosso passado e nosso presente, mas precisamos tomar alguns cuidados, para que alguns sentimentos não adentrem em nossa vida e tragam consequências como depressão, amargura, autopiedade, dentre outros.

O planejamento para cada dia é de extrema importância, pois cada momento é a construção da própria vida, assim como da vida de cada membro da família que foi construída.

Vale lembrar que somos responsáveis por cada ação que executamos ou que deixamos de executar. Cabe a cada um assumir as responsabilidades de cada plano que se tem para o futuro.

Ao buscarmos conhecer as expectativas de vida que cada sujeito possuía, pudemos verificar que, nos depoimentos, estão presentes a vontade de ter vida melhor.

Ficaram evidentes alguns aspectos importantes de serem discutidos, dentre eles, o fato de que os sujeitos conseguiram superar os conflitos, a questão da nova maneira de viver em família e a centralidade nos filhos que deixaram expressos em seus depoimentos. Há até uma abnegação em favor dos filhos, fato que evidencia o quanto os filhos estão no papel central para esses sujeitos.

Realmente, a separação é uma situação jurídica que traz uma solução para os filhos, conseqüentemente. Quem decide sobre a separação são os pais e não os filhos, porém, estes possuem uma centralidade impressionante quando tratamos da situação após a separação, especialmente se ficaram sob os cuidados da mãe, como os sujeitos pesquisados.

Conforme Dolto (2003, p.13, destaque do autor),

Acontece que muitas mães “se adornam”, se me posso expressar assim, com o filho, “enfeitam-se com ele”: trata-se de um filho só delas, e elas nada fazem para que o pai entre em contato com ele, embora devessem falar dele com o filho [...]. Elas raramente o fazem.

Essa relação possessiva é fruto da maneira pela qual a relação mãe-filho foi estabelecida durante a própria gestação, da história que mãe-filho tiveram e das relações sociais que se estabeleceram durante a vida.

Embora a separação dos pais seja uma solução para os próprios cônjuges, a maneira pela qual os filhos reagem diante desse fato é variável, de acordo com a idade, o sexo, o temperamento, as experiências vivenciadas e as relações sociais.

No que se refere à situação após a separação Peck & Manocherian (2001, p.303) afirmam:

Assumir sozinha os filhos cria tremendos estresses para as mulheres, especialmente quando estão envolvidas dificuldades financeiras, fazendo com que elas se sintam infelizes, frustradas, ansiosas, incompetentes, aprisionadas e angustiadas pela angústia de seus filhos. O relacionamento entre a mãe que tem a custódia e seus filhos é intenso e inicialmente difícil por uma série de razões, especialmente durante o primeiro ano. Se ela é dona de casa, precisa lidar com o isolamento de cuidar sozinha de seus filhos. As mães que trabalham (supermães), sobrecarregadas pela dupla jornada de tempo integral, terão pouco tempo, energia ou recursos para qualquer vida fora do trabalho e do lar.

Diante de todo esse contexto no qual a mulher, que vivenciou o processo de separação, está inserida, é possível compreender os porquês da ligação forte que existe entre mãe e filhos. Inserida ou não no mundo do trabalho, ela passa a ter algumas funções específicas no novo formato familiar, uma vez que ficou com a guarda dos filhos e com a responsabilidade pelos cuidados destes, na maioria do tempo.

As mulheres que ficam com os filhos após a separação, possuem a dupla função: a de cuidar de suas próprias vidas, que foram totalmente transformadas, e a de cuidar da vida de seus filhos, que vivenciaram essas transformações de maneiras distintas.

Como as mulheres necessitam se sustentar e obter o sustento de seus filhos, buscam, por meio do trabalho ou da qualificação profissional, um meio melhor de autossuficiência financeira.

Sem dúvidas, a separação conjugal é uma ruptura no sistema familiar, resultando em uma série de mudanças na família, em sua totalidade. Embora as mulheres tenham conquistado espaço no mundo do trabalho e obtido diversas transformações pela contínua luta na sociedade, elas ainda não estão totalmente preparadas para se sustentar e para obter o sustento de seus filhos. Para os sujeitos da pesquisa, essas transformações no aspecto financeiro não são extremamente notáveis, pois dificuldades socioeconômicas já eram vivenciadas antes da separação.

Por meio da pesquisa realizada, pudemos verificar que os filhos possuem um lugar de destaque na nova configuração familiar que foi estabelecida após a separação conjugal:

Os filhos são a prioridade. Então pra mim, ter outra família eu acho meio difícil agora, é só depois que eles formarem, aí sim, não que eu não esteja pensando em mim, mas primeiro é eles. Bem melhor do que ficar casada e sofrendo. Minha relação com meus filhos é tudo bem, até estávamos comentando eu e minha filha, se ele estivesse (**o ex-marido**) aqui eles não podiam trazer amigos em casa, porque o pai não deixava, ela não podia sair à noite, com 18 anos e não pode sair, então, foi bem melhor do que antes. A separação foi a coisa melhor que aconteceu. (Jasmim)

Ela destaca a importância que os filhos possuem em sua vida, e também deixa transparecer que, apesar de pensar nela mesma, primeiramente pensa em seus filhos, demonstrando também o quanto tem medo de casar e sofrer novamente, destacando a questão da liberdade. Afirma que a separação foi um acontecimento muito

positivo em sua vida, quanto comenta: “a separação foi a melhor coisa que aconteceu”.

Inicialmente, a mãe, que ficou responsável pelos cuidados dos filhos, precisa descobrir sua própria capacidade em lidar com as tarefas normais de desenvolvimento de seus filhos, de relação mãe e filho e relação da família com a sociedade. Nesse sentido, podemos compreender o fato dessa mãe evitar o estabelecimento de nova relação, procurando dedicar-se aos filhos.

Esse outro sujeito da pesquisa enfatiza o seguinte:

A minha esperança é poder trabalhar, poder cuidar deles (**dos filhos**), até eles poderem aprender a trabalhar e seguir a vida deles, porque a gente faz filhos pro mundo hoje, não é? É difícil, porque eles ainda são crianças, mas eu pretendo estudar eles, fazer o que eu puder fazer pra eles amanhã estar bem, não sofrer o que eu sofri, mas tá bom. Importante, era ter assim, uma convivência boa... Se eu fosse arrumar outro homem hoje, por exemplo, ele tinha que respeitar os meus filhos, meus filhos respeitar ele, ele tinha que ser assim, eu não vou dizer um pai, mas um amigo pros meus filhos, agora comigo, ele tinha que ser companheiro, compreensivo, me ajudar criar os filhos, mas eu, sinceramente, não penso em ter outro nunca mais na minha vida (**risos**). (Violeta)

A questão dos filhos é tão presente, que os sujeitos parecem viver em função deles, talvez pela própria característica que lhes foi atribuída durante muito tempo, da educação, do cuidado, da permanência e dedicação total a eles.

Nesse caso específico, a mãe possui filhos menores de 18 anos, sendo um de 6 anos e um de 10 anos, e deixa evidente a preocupação com sua educação, apesar de enfatizar ainda a questão do trabalho como meta para que cada um possa seguir sua vida.

Quando questionada quanto às expectativas de futuro, deixa claro o quanto a convivência familiar harmoniosa é fator decisivo em sua compreensão de família, certamente pelo próprio histórico que vivenciou. Afirmou também que, se houvesse nova união, seria



fundamental que o companheiro respeitasse seus filhos e vice-versa, em uma relação horizontal e de amizade, e para ela é importante que ele seja pessoa compreensiva, um companheiro que lhe ajudasse na educação e cuidados com os filhos. Para finalizar, entretanto, ela diz não querer outro nunca mais, e essa afirmação é muito complexa, forte. Pode expressar as angústias que ela viveu enquanto casada e o quanto tem medo de vivê-las novamente.

Nesse sentido, podemos refletir com Romanelli (2000, p.84):

Presente nas representações do senso comum, o afeto materno pelos filhos é algo que encontra apoio na religião e é reforçado pelo saber científico, de cunho psicológico, psicanalítico e pedagógico. Como a autoridade masculina, a afetividade materna é considerada natural, já que o vínculo entre mãe e filho é naturalmente dado na reprodução biológica.

Sem dúvida, fica expresso nas falas dos sujeitos o quanto a mãe exerce um papel que é marcado pela presença constante em uma demonstração de carinho no cotidiano das famílias, e esse fator é reforçado por toda a sociedade.

Pode ser que, após a separação, ocorra desejo de sair com pessoas do sexo oposto e diante dessas situações, talvez, algumas mulheres entrem imediatamente após a separação em um relacionamento indesejável, podendo sofrer as posteriores consequências dessas relações. Existe, por um lado, o medo de ficar sozinha, que pode ser combinado com as dificuldades financeiras. Por outro lado, há o medo de estabelecer outra relação conjugal e vir a sofrer novamente. Nesse sentido, os filhos podem servir como desculpa para o não estabelecimento de uma nova união conjugal.

Outro sujeito da pesquisa demonstra sua nova fase da vida e as expectativas que possui diante da nova configuração familiar, por meio da constituição de um novo relacionamento conjugal, sendo que para afirmar a questão da importância dos filhos e do relacionamento amigável com o novo companheiro para os sujeitos da pesquisa, podemos verificar nesta fala o seguinte:

Pra mim foi muito bom, nunca arrependi de ter ido morar com ele (**o novo companheiro**), porque ele é uma pessoa muito boa pra mim, graças a Deus. Muito boa para mim e para os meus meninos. Ele se dá bem com todos eles e a gente não tem como ficar sozinha. Depois que eu separei dele (**do ex-marido**), conversei com a advogada e perguntei para ela. Ela falou não, agora você tem todo direito de viver sua vida... Porque a gente ficar sozinha, também, não pode contar só com os filhos. Então não arrependo não, porque era isso que eu pretendia mesmo pra minha vida. (...) Jamais eu ficaria com alguém que abandonasse meus filhos e não considerasse minha família, nem eu, por mais que eu gostasse dele. Uma pessoa precisa ser honesta, trabalhadora, que luta com a vida. É isso que eu acho dele. Uma pessoa que sempre me respeita e respeita meus filhos. Graças a Deus. Ele me dá muito apoio. Eu tô conseguindo superar. (Azaleia)

Fica evidente o quanto Azaleia está feliz em constituir uma nova união, diferente da anterior. Ela aponta uma série de características importantes na construção de uma nova união: uma pessoa boa, que considera seus filhos e que a considera, além de ser uma pessoa disposta a ter um bom relacionamento com a família. Posteriormente, aponta mais algumas características que tem como importantes no companheiro: honestidade, trabalho, luta cotidiana. Outro fator importante para se observar é o quanto foi importante o apoio do companheiro nessa fase de superação da separação conjugal.

Existem algumas características próprias da segunda união como: os embates com relação aos diferentes membros das famílias, as novas responsabilidades de acordo com a nova configuração familiar e as revisões de papéis no interior da família, dentre outras, de acordo com as especificidades de cada família.

Diante da realidade de nova união, McGoldrick e Carter (2001, p.351) apontam o seguinte:

O processo de recasamento deve ser visto como parte de um processo emocional que remonta pelo menos à desintegração do primeiro casamento. A intensidade da emoção despertada pela ruptura do

ciclo de vida pelo divórcio deve ser manejada muitas vezes antes que os sistemas deslocados voltem a se estabilizar. As emoções relacionadas ao final do primeiro casamento podem ser visualizadas como um gráfico tipo “montanha-russa”, com picos de intensidade [...].

É certo que o processo posterior à separação é vivenciado por cada família de uma maneira, como pudemos verificar por essa pesquisa. A família que opta, seja por suas condições emocionais, seja por condições históricas vividas, por uma nova união ou, como os autores nomeiam, um recasamento deve estar ciente de que esse processo encerra uma união anterior e dá início a uma nova fase da vida, a uma nova possibilidade de mudanças e de novas expectativas.

O estabelecimento da nova união, para o sujeito relatado, teve um impulso pelo fato de que o companheiro era o que a mulher estava esperando, o que ela tinha projetado para si e para sua família, pois além de satisfazer suas necessidades enquanto parceira, não deixou de demonstrar atenção para seus filhos, que, naquele momento, eram sua prioridade.

Os três relatos dos sujeitos trazem algumas características comuns, ou seja, as expectativas que os sujeitos possuem quanto à formação de uma nova família, de uma nova união. As prioridades com relação ao relacionamento, aos filhos, deixam claro o fator que seria o diferencial dessa nova união: uma pessoa que convivesse bem com a família, que fosse presente enquanto pai e esposo.

Ainda que os sujeitos Violeta e Jasmim não expressem a necessidade de nova união estável, fica evidente que, para isso ocorrer, será preciso que os novos esposos sigam alguns requisitos básicos para que elas possam pensar no estabelecimento de uma nova união. Ainda assim, ambas afirmam que a prioridade são os filhos.

Para finalizar a entrevista, sugerimos que, se os sujeitos quisessem, poderiam deixar registrado algo mais que gostariam de falar, e obtivemos os seguintes resultados:

Hoje sinceramente eu estou bem. Eu passeio com meus filhos, eu onde vou, levo eles, então assim, eu estou bem... Às vezes passo

um nervoso aqui, dou uns tapinhas ali, mas a gente vai controlando a situação. A coisa boa é que eu posso sair com meus filhos, porque antes eu não podia, porque ele não deixava. Ele tinha ciúmes principalmente da minha família. Aqui na minha mãe eu não podia vir, eu não podia ir numa festa, tinha briga antes de sair, na hora que eu voltava era dobrado. Tinha dia que eu chegava e ele não deixava eu sair de casa, mas não ia comigo também, então assim, eu estou mais livre com a vida. (Violeta)

Novamente, a questão da mulher que vivenciou agressões veio à tona, pois este fato é marcante, não passa sem deixar suas marcas, ainda que não sejam físicas, mas marcas profundas que não saem das recordações familiares.

Podemos verificar aqui a mistura de ciúmes com agressões, com autoritarismo e abuso de poder, quando o sujeito relata que não podia ir à casa de sua mãe, pois, quando saía, ao retornar, sofria agressões do esposo. O sentimento de liberdade, de poder ir e vir é indescritível para ela, que busca, por meio de sua vivência cotidiana, superar todos os desafios que lhes são postos.

Como já relatamos anteriormente, o cônjuge pode ter um sentimento de posse sobre o outro, fato que pode levar a agressões, a impedimentos de relações sociais com amigos, parentes, vizinhos. Esses fatos podem levar o outro à clausura em sua própria casa.

O egoísmo e o individualismo presentes na sociedade contemporânea vêm reforçar tais atitudes, pois a busca por suas próprias questões pode ultrapassar o sentido do coletivo, levando a divisão de dois mundos diferentes dentro da conjugalidade – o mundo do esposo e o mundo da esposa.

Interessante é poder verificar como foi importante para esse sujeito a conquista do controle de sua própria vida, ainda que os filhos sejam centralidade, embora haja a preocupação com sua formação, existe o sentimento de estar saindo de uma relação que a aprisionou enquanto perdeu.

Esse outro sujeito registra o seguinte:

Queria dizer só que se as mulheres que têm medo de enfrentar, porque às vezes dependem do marido, e tem medo de passar fome ou passar falta das coisas, pra enfrentar, porque é bem melhor ficar sozinha, com suas coisas, do que ficar com o marido dependendo dele, porque eu falo sempre pros meus filhos, que o marido da gente é a profissão, porque é ela que dá alegria. Quando não dá certo o casamento é melhor se separar mesmo. É que a maioria dos casamentos não está bem, mas às vezes a pessoa quer permanecer ali, mas não está feliz. Eu até que demorei, fiquei 15 anos me preparando para isso, esperando os meninos crescerem pra tomar as providências. A mulher aguenta muita coisa... Quem segura o casamento é a mulher, não é o homem. Tem outra coisa que eu quero dizer: na separação a mulher fica bem melhor do que o homem, pode notar, que você vai ver isso, porque o homem é assim: ou ele cai de vez ou ele se levanta e é muito difícil ele dar a volta, superar. A mulher consegue. (Jasmim)

A maneira pela qual esse sujeito deixa seu recado demonstra o quanto ela superou a fase desafiante da separação. Ela traz um recado para as mulheres, especialmente as que dependem economicamente de seus esposos e por esse fator financeiro levam uma relação desgastante por um longo período, em vez de detentar uma mudança pelo rompimento da relação conjugal.

A expressão que ela traz em seu depoimento, que o “marido da gente é a profissão” retrata ainda a concepção de família voltada para a subsistência, e, ao mesmo tempo, traz à tona a questão do trabalho profissional, que deve ser um meio de obtenção do sustento e também deve ser uma forma de obtenção de prazer. Ao substituir o marido pela profissão, ela pode estar deixando claro para si mesma a concepção da função patriarcal, em que o marido era responsável pelos provimentos financeiros, enquanto a mulher, sua companheira, tinha as funções de cuidar da casa e das crianças, assim como do próprio esposo.

Ao falar que quando o casamento não dá certo é melhor se separar, ela vem afirmar que sua separação foi boa decisão, apesar de ter

demorado 15 anos, pois preferiu esperar seus filhos crescerem para a concretização de uma decisão que já estava tomada, mas ela julgava ter de aguardar o momento certo.

Realmente, como ela mesma relata, existem muitos casais que preferem levar uma relação desgastante por vários anos, em vez de tomar a decisão de separar-se. Essa atitude pode ser por medo das consequências da separação, por medo de desestabilizar os filhos, por medo de enfrentar uma situação conflitante. Muitas pessoas vivem dentro de uma mesma casa, em um mesmo quarto, mas não vivem a conjugalidade.

Esse sujeito da pesquisa tem opiniões próprias sobre a mulher, sobre a questão de gênero, separando as características do universo feminino e do universo masculino. Ao afirmar que a mulher é quem “segura o casamento” pode estar demonstrando que a mulher aguenta diversas situações, tais como: traição, agressões, violência, descaso. Posteriormente, afirma que a mulher fica melhor que o homem em uma separação, diante do fato de que a mulher consegue superar seus desafios, e o homem, na maioria das vezes, não consegue.

Nesse sentido, Peck & Manocherian (2001, p.304) afirmam:

O divórcio é doloroso para os homens, que perdem o contato cotidiano com seus filhos. Pode haver um sentimento de desarraigamento, perda e falta de continuidade. Eles têm de lidar com o fato de estarem separados dos filhos e montando um novo lar. Os bebês e as crianças pequenas precisam de continuidade para desenvolverem relacionamentos; o vínculo se desenvolve na medida em que o progenitor compartilha das rotinas do dia a dia, tais como alimentar, banhar e colocar os filhos na cama. Muitos homens consideram-se inadequados para o papel de cuidador, especialmente quando deixaram para a mãe as tarefas da criação dos filhos. Sentindo-se perdidos, gradualmente se distanciam do relacionamento. Na medida em que se retraem, sentem-se menos conectados com os filhos, os quais conseqüentemente, os experienciam como distantes.(...) Para alguns homens, isso se torna tão doloroso que eles se retraem completamente.

Esse fato pode confirmar o fato de que algumas mulheres consigam passar melhor pelo processo de separação do que alguns homens, uma vez que estes podem se sentir retraídos diante dessa nova situação.

Azaleia deixou o seguinte relato: “Muitos momentos bons, já tive muitos. Valeu a pena. Graças a Deus”.

Por intermédio dessas poucas, mas marcantes palavras, podemos verificar que o sujeito está satisfeito com a nova fase de sua vida. Talvez seja porque já tenha estabelecido uma nova união, esteja vivendo uma conjugalidade diferente da que vivenciou anteriormente.

Quando ela afirma que valeu a pena, podemos interpretar de duas maneiras: valeu a pena a separação, e valeu a pena a nova união. Pensamos que o sujeito tenha se referido às duas situações – o processo de separação e a nova situação que está vivenciando. Se valeu a pena, certamente é porque ela conseguiu superar as contradições da separação conjugal, alargando seus passos rumo a uma nova construção de sua história.

É gratificante ver o quanto essas mulheres, sujeitos de nossa pesquisa, conseguiram passar pelas trajetórias de suas vidas, superando os obstáculos postos no caminho, caminhando rumo a uma nova realidade, uma nova família.

Juntamente com essa nova família, fica evidente que desabrocha uma nova mulher, que lutando por seus objetivos – os filhos e a família conseguiram mostrar a nova face da separação conjugal ou a outra face da vida que a maioria sequer sabia que existia.

O aprisionamento da relação ditatorial pode levar ao isolamento da vida em sociedade, isolamento da própria vida. Viver em função do outro, para o outro e não ser correspondida é, no mínimo, decepcionante.

É preciso alargar o pensamento para compreender as perspectivas que a vida pode oferecer. Poder, como afirma Violeta, sair com os filhos sem a preocupação de voltar para casa e enfrentar uma briga. Poder enxergar e viver a sensação de liberdade ao amanhecer de cada manhã. “Quem segura o casamento é a mulher, não é o homem”, como aponta Jasmim em sua finalização, justificando o fato de ter

segurado por tanto tempo sua relação em função dos filhos. “A mulher consegue”, expressando o quanto a mulher pode superar melhor a separação que o homem, em sua visão. O importante, após analisar a própria história, é compreender, como Azaleia afirmou, que já vivenciou muitos momentos bons, como ela bem finalizou: “Valeu a pena”.